

Processo Licitatório nº 026/2024
PREGÃO ELETRÔNICO- REGISTRO DE PREÇO

PREÂMBULO

O **Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque – SAMAE**, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua Doutor Penido, 297, Centro, cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente, abaixo assinado, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei n. 14.133/2023, Lei Complementar n. 123/2006 e alterações e Decreto Municipal n. 9.430/2023 e ainda de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. OBJETO: Contratação de empresa especializada em limpeza e desinfecção de caixas d'água e reservatórios pertencentes ao Sistema Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque/SC (SAMAE – Brusque), de acordo com as condições estabelecidas no Anexo I e demais elementos deste Edital.

1.1. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

1.2. MODO DE DISPUTA: ABERTO

1.3. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 243.656,35 (Duzentos e Quarenta e Três Mil e Seiscentos e Cinquenta e Seis Reais e Trinta e Cinco Centavos)

1.4. PROCESSO REQUER A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA E/OU LAUDOS TÉCNICOS: NÃO.

1.5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão à conta dos seguintes recursos financeiros: 80.002.0017.0512.0301.2292.33390399900000000.175370000003.

1.6. RECEBIMENTO DE PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTO: ATÉ 17h:30min do dia 19/04/2024.

1.6.1. A impugnação ao Edital e/ou pedido de esclarecimento poderá ser feita, por qualquer interessado, até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas, conforme dispõe art. 164 da Lei 14.133/2021, mediante documento formalizado e apresentado EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA PROVEDOR no endereço eletrônico <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

1.6.2. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal, subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante, e/ou não motivadas.

1.6.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial, no endereço <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame e vinculará os participantes e a administração.

1.7. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: das 08h:30min do dia 08/04/2024 às 08h:00min do dia 24/04/2024.

1.8. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08h:15min do dia 24/04/2024.

1.9. REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.

1.10. ENDEREÇO: As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br.

1.11. Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica www.portaldecompraspublicas.com.br.

1.12. O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir



os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; adjudicar o objeto, quando não houver recurso; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído à Autoridade Superiora e propor a homologação.

1.13. PREFERÊNCIA ME/EPP: NÃO

1.13.1. Justifica-se a não observância do artigo 48, III da Lei Complementar n. 147/2014, em razão de que o processo não deve perder seu objeto principal que é obter a proposta mais vantajosa à Administração, mediante ampla competitividade, a teor do inciso III, do artigo 49 da LC 123/2006 e de acordo com o artigo 3º, inciso III da lei municipal 3784/2014.

1.14. TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

1.14.1. A obtenção de benefícios dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

1.14.2. Os licitantes que invocarem a condição de microempresas ou empresas de pequeno porte para fins de exercício de quaisquer dos benefícios previstos na Lei Complementar nº. 123/2006 e reproduzidos neste edital, deverão apresentar ainda o seguinte documento:

1.14.2.1. CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA JUNTA COMERCIAL do estado sede da licitante, comprovando a condição de ME ou EPP, expedida em prazo não superior a 30 (trinta) dias da data marcada para a abertura das propostas; **Ou,**

1.14.2.2. Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos do § 4º do art. 3º da LC 123/2006, conforme modelo do ANEXO V.

1.14.3. A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se as sanções previstas na Lei 14.133/2021.

1.15.4. O licitante que invocar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte e não apresentar os documentos comprobatórios respectivos ficará impedido de licitar e de contratar com o Município de Brusque, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas fixadas neste edital e das demais cominações legais.

2. LOCAL PARA RETIRADA DO EDITAL E DAS INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS:

2.1. Local para retirada do Edital: <https://www.brusque.atende.net> e <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

2.2. Esclarecimentos e informações aos licitantes através do <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

2.3. Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, bem como, no site da Prefeitura Municipal de Brusque/SC.

2.4. As empresas interessadas em participar do certame licitatório em epígrafe, deverão estar atentas às informações disponibilizadas pela Diretoria Geral de Licitação e Compras no site da Prefeitura de Brusque (<https://www.brusque.atende.net>), a qualquer momento, em virtude de esclarecimentos, erratas ou outras informações relevantes acerca do processo licitatório em curso.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciadas perante o Sistema de Portal de Compras Públicas - <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil, com o ramo de atividade compatível com o objeto do presente edital.



3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. Da participação das Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP):

3.3.1. Será regida pela Lei Complementar N.º 123/2006.

3.3.2. Não poderão se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar N.º 123/2006 as Microempresas (MEI e ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) que se enquadrem em qualquer das exclusões previstas no Art. 3º, §4º, da Lei Complementar N.º 123/2006.

3.4. Das vedações. Não poderão participar direta ou indiretamente desta licitação, os interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:

3.4.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.4.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.4.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.4.4. Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º, §1º e 14 da Lei nº 14.133/2021;

3.4.5. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.4.6. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

3.4.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

3.4.8. Integrem o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e/ou o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (Portal Transparência) e/ou ainda estejam incluídas no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ;

3.4.9. Será realizada pesquisa junto ao CEIS (CGU), junto ao CNJ (Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa) e no Portal Transparência (www.portalttransparencia.gov.br/cnep), para aferição de eventuais registros impeditivos de participar de Licitações ou de celebrar Contratos com a Administração Pública.

3.5. Nos termos do artigo 112, da Lei Orgânica do Município é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e Servidores Municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, subsistindo a proibição até 6 (seis) meses após findas as respectivas funções.

3.5.1 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13).

3.6. A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e de seus Anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

3.6. Conforme preceitua o art. 174 da Lei nº 14.133/2021, a participação dos licitantes será vinculada a contabilização de todos os prazos a partir das publicações no Portal de Compras Públicas, no endereço <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, que se destina a realização de todo procedimento licitatório desde a publicação do edital até a homologação do resultado.

3.7. Será assegurado, em conformidade com os art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, direito de preferência aos licitantes que invocarem a condição de Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), cujas propostas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.



3.8. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA, A LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

*Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus documentos complementares, cumprio plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posterior.

*Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/2021, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

*Declaro sob as penas da Lei, para os devidos fins, que não sou servidor público municipal e que não possuo parentesco consanguíneo ou afim, até 3º grau, com os funcionários públicos municipais da Prefeitura de Brusque/SC.

*Declaro que não recebi da administração direta ou indireta ou de qualquer outra entidade, em âmbito federal, estadual e municipal, suspensão temporária de participação em licitação e ou impedimento de contratar com a administração, assim como não ter recebido declaração de inidoneidade para licitar e ou contratar com a administração federal, estadual e municipal

*Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.

3.9. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.10. Nos casos de emissão de declaração falsa, a empresa Licitante estará sujeita à tipificação no crime de falsidade ideológica, prevista no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, bem como nos crimes previstos nos artigos 337-E e seguintes da Lei nº 14.133/2021, além de poder ser punido administrativamente, conforme as sanções previstas no presente Edital.

4. DO CREDENCIAMENTO NO PROVEDOR DO PROCESSO ELETRÔNICO:

4.1. O fornecedor deverá fazer sua adesão ao Portal de Compras Públicas, acessando o seguinte endereço: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, onde qualquer pessoa física ou jurídica, que manifeste interesse e apresente a documentação e condições exigidas terá acesso ao Portal, podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimentos do Portal ou pelo e-mail falelcom@portaldecompraspublicas.com.br.

4.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

4.3. Todos os custos decorrentes do credenciamento no Portal de Compras Públicas, da elaboração e apresentação de propostas, serão de responsabilidade do licitante.

4.4. O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.5. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4.7. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.8. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no PORTAL DE



COMPRAS PÚBLICAS e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.9. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.10. É vedada a participação de usuário representante de duas ou mais empresas, para o mesmo item do processo, implicando na sua desclassificação e nas sanções legais previstas em Lei.

4.11. Os licitantes deverão manter suas informações cadastrais atualizadas, junto ao Cadastro Portal Compras Públicas, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens divulgadas via “CHAT” ou emitidas pelo Sistema junto ao seu endereço eletrônico (e-mail).

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha intransferíveis.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.5. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.6. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.7. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, se houver, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances no prazo definido pelo Agente de Contratações, de no mínimo 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação, podendo ser prorrogado.

5.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

5.8.1. Nestes casos, a licitante deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da solicitação do Agente de Contratações, para a Comissão de Contratação do SAMAE, localizada na Sede Administrativa do SAMAE, Rua Doutor Penido, 297, Centro, Cidade de Brusque/SC, das 8h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min.

5.8.2. A responsabilidade pelo envio dos documentos, via correio, no prazo previsto no item 5.8.1 é da empresa interessada.

5.8.3. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratações suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

5.9. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que



incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor ou desconto (mensal, unitário, etc, conforme o caso) e (anual, total) do item;

6.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações conforme especificação do Termo de Referência, indicando, a marca e no que for aplicável o modelo (quando solicitado no termo de referência), prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no Termo de Referência, quando participarem de licitações públicas;

6.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 6.9.

6.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode



ensajar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item, conforme constante no termo de referência.

7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será fixado pelo Pregoeiro.

7.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e



registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.2. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

7.20.1. No país;

7.20.2. Por empresas brasileiras;

7.20.3. Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.20.4. Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.21. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

8. DA NEGOCIAÇÃO, ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro irá abrir a etapa de negociação, pelo período mínimo de 02 (duas horas).

8.1.1. Durante esse período o Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.1.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais



licitantes.

8.1.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.2 Durante a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto na Lei 14.133/2021 e legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta Consolidada no Tribunal de Contas da União e no SICAF.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. O Pregoeiro convocará, durante a etapa de negociação, o arrematante para enviar, digitalmente, a proposta atualizada em conformidade com o último lance ofertado num **prazo máximo de 02 (duas) horas**, por meio de campo próprio do Sistema, sob pena de desclassificação.

8.4.1. O prazo poderá ser prorrogado, a critério do Pregoeiro, desde que solicitado por escrito, antes de findo o prazo estabelecido.

8.5. A proposta deve conter:

- a) Nome da proponente e de seu representante legal, endereço completo, telefone, endereço de correio eletrônico, números do CNPJ e da inscrição Estadual e Municipal (se houver);
- b) O preço unitário e total para cada serviço cotado, especificados no Termo de Referência (Anexo I deste Edital), bem como o valor global da proposta, em moeda corrente nacional, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto;
- c) A descrição do serviço cotado de forma a demonstrar que atendem as especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I deste Edital;
- d) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data prevista para abertura da licitação;
- e) Conter prazo de execução dos serviços e/ou entrega do produto, conforme descrito no Anexo I, contados do recebimento da “Nota de Empenho” e/ou quando não houver a formalização do instrumento de contrato; “da ordem de serviço/compra”;
- f) Indicação do banco, número da conta e agência para fins de pagamento.

8.5.1. O não envio da proposta ajustada por meio do correio eletrônico com todos os requisitos elencados no subitem 8.4, ou o descumprimento das diligências determinadas pelo Pregoeiro acarretará a desclassificação da proposta, sem prejuízo da instauração de processo sancionatório contra o licitante.

8.5.2. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a prazo e especificações do produto ofertado ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais ou quando a alteração representar condições iguais ou superiores às originalmente propostas.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará



a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 8.8.1. Contiver vícios insanáveis;
- 8.8.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 8.8.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.8.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.8.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 8.9.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.9.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

- 8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.14. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Encerrada a etapa de aceitabilidade da proposta, será verificada a Documentação de Habilitação do licitante arrematante, para confirmação da sua habilitação, com base nas exigências constantes neste Edital.,

9.1.1. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em **nome e CNPJ da matriz ou todos em nome e CNPJ da filial**, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

9.1.2. As certidões que não apresentarem em seu teor, data de validade previamente estabelecida pelo órgão expedidor, deverão ter sido expedidas até 90 (noventa) dias antes da data da sessão pública deste Pregão, exceto a Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial e Extrajudicial que deverá estar datada dos últimos 30 (trinta) dias.

9.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia



autenticada em cartório e/ou por servidor público.

9.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

9.4. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.5 Após a entrega dos documentos para habilitação, será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, em sede de diligência a critério do Pregoeiro:

9.5.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.5.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.5.3. Inclusão de novo documento ou proposta, que não tenha sido juntado, oportunamente, com os demais documentos de habilitação e/ou com a proposta, por equívoco ou falha, nos termos do § 1º do Art. 99 do Decreto Municipal nº 9.430/2023.

9.6. O saneamento de documento ou proposta, previsto no item anterior deverá ocorrer, preferencialmente, na própria sessão.

9.6.1. Não sendo possível, será concedido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para que o licitante apresente o documento necessário ao saneamento, admitindo o encaminhamento por via eletrônica.

9.6.2. Não será concedido novo prazo para juntada de documento, devendo o requerimento se formulado até o fim da sessão, sob pena de preclusão.

9.7. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.9. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.10. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9.11. Os licitantes arrematantes deverão apresentar os seguintes documentos:

9.11.1. COMPROVAÇÃO DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

I – Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis junto a Junta Comercial da respectiva sede, para o caso de empresário individual;

II – Para licitante microempreendedor individual – MEI, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, hipótese em que será realizada a verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

III – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, para os casos de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI/SLU;

IV – Caso o licitante seja sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

V – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a



atividade assim o exigir;

VI – Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

Observação.: Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.11.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

I – Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal ou Distrital, do domicílio ou sede da licitante;

II – Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

III – Certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal.

IV – Certidão de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa, em plena validade, que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidao.

Observação:

a) Para a regularidade fiscal e trabalhista, será aceita certidão positiva com efeito de negativa.

9.11.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

I – Certidão Negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores;

9.11.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Deverá ser apresentado para qualificação técnica da empresa, ou fabricante e dos produtos ofertados:

I) Declaração, comprovando ter a licitante conhecido o local de realização dos serviços, e ter conhecimento das condições para a execução dos mesmos.

- É facultado aos Licitantes, realizar visita para inteirar-se das reais condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços e do local em que os mesmos serão executados, devendo ser previamente agendada pelo licitante, com o setor de Engenharia do SAMAE-Brusque, pelo telefone: (47) 3255 0500;

- Caso o Licitante opte pela não realização da visita, deverá apresentar, em substituição ao atestado de visita, declaração formal assinada pelo Representante legal da Empresa, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, que assume total responsabilidade por esse fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com o Município;

II) Declaração que apresentará no prazo máximo de 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato, a ART referente à execução do serviço.

III) Prova de Registro / Certidão de inscrição da empresa no Conselho Regional competente, da região da sede da empresa;

IV) Prova de Registro / Certidão de inscrição do responsável técnico indicado para acompanhar a execução do objeto desta licitação no Conselho Regional competente do profissional.

V- Comprovação que o profissional técnico indicado no item IV faça parte do quadro da proponente, na data prevista para entrega das propostas.



- A comprovação que os profissionais indicados no subitem acima, pertencem ao quadro de pessoal da Empresa, deverá ser mediante a apresentação da ficha de registro de empregados, autenticada junto a D.R.T. (Delegacia Regional do Trabalho) ou cópia da carteira de trabalho contendo as respectivas anotações de contrato de trabalho, constando a admissão do responsável técnico até a data da entrega da proposta, ou no caso do profissional ser sócio da empresa, pela cópia do contrato social; ou do contrato de prestação de serviço ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional, desde que acompanhada da anuência deste;

VI- Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento, emitido pela Vigilância Sanitária do município sede da licitante, para a atividade de limpeza de caixas d'água e reservatórios;

VII – Certificado das NRs 33 e 35 para um número mínimo de 2 funcionários.

- A comprovação que os profissionais indicados no subitem acima, pertencem ao quadro de pessoal da Empresa, deverá ser mediante a apresentação da ficha de registro de empregados, autenticada junto a D.R.T. (Delegacia Regional do Trabalho) ou cópia da carteira de trabalho contendo as respectivas anotações de contrato de trabalho, constando a admissão do responsável técnico até a data da entrega da proposta, ou no caso do profissional ser sócio da empresa, pela cópia do contrato social; ou do contrato de prestação de serviço ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional, desde que acompanhada da anuência deste;

9.11.5. DA HABILITAÇÃO DAS MEs / EPPs

I – Condicionada a apresentação do documento solicitado nos itens 1.14.2.1 ou 1.14.2.2 do edital.

II- As empresas qualificadas como ME / EPP, na forma da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar todos os documentos de habilitação, referentes à habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, econômico-financeira e técnica, sob pena de inabilitação.

III- A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

IV. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

V- Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal ou trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização.

VI- O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

VII- A não regularização no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado a Administração Pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação para prosseguimento do certame.

10. DOS RECURSOS

10.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso no **prazo de 30 (trinta) minutos**.

10.1.1. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

10.1.2. Diante da manifestação da intenção de recurso o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.2. Recebida a intenção de interpor recurso pelo Pregoeiro, a licitante deverá apresentar as razões do recurso no **prazo de 03 (três) dias úteis**, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente.

10.2.1. As razões e contrarrazões serão recebidas exclusivamente por meio de campo próprio no Sistema.



Não serão recebidas ou conhecidas razões de recurso e contrarrazões entregues diretamente ao Pregoeiro ou enviadas por quaisquer outros meios (e-mail, correspondência, etc).

10.3. Caberá ao Pregoeiro receber, examinar e instruir os recursos interpostos contra seus atos, podendo reconsiderar suas decisões no prazo de 3 (três) dias úteis após o recebimento das razões e contrarrazões ou, neste mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.5. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora dos prazos, subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não identificados no processo para responder pelo licitante.

10.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://www.brusque.atende.net> e <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

11.1. O objeto deste pregão será adjudicado ao vencedor por ato do Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá, após a regular decisão dos recursos interpostos, à Autoridade superior ao pregoeiro, com competência para decidir recursos.

11.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

12. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE:

12.1. Após a homologação da licitação, a licitante vencedora será convocada para assinar a ata de Registro de Preços.

12.2. O prazo de vigência e as condições de reequilíbrio e/ou revisão de preços, observarão as cláusulas constantes da Ata de Registro de Preços.

12.3. O prazo máximo para assinatura e entrega da Ata de Registro de Preço é de 02 (dois) dias úteis, contados da data do recebimento via e-mail e/ou aplicativo WhatsApp. O contrato deverá ser assinado eletronicamente pela empresa Contratada, através de certificado digital.

12.3.1. O prazo de que trata o subitem 12.3. poderá ser prorrogada uma única vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso, desde que a justificativa seja aceita pelo SAMAe.

12.3.2. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, importará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades estabelecidas neste edital.

12.4. Por ocasião da assinatura da Ata de Registro de Preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

12.5. A Ata de Registro de Preços deste Edital, estabelecerá as hipóteses, prazo e condições de pagamento, prestação das garantias, obrigações das partes contratantes, dentre outras obrigações.

12.6. O presente Edital fará parte integrante da Ata de Registro de Preços, bem como seus anexos e a proposta apresentada pela licitante vencedora.

12.7. Será designado um Fiscal (Executor, Gestor ou comissão) para a Ata de Registro de Preços, que desempenhará as atribuições previstas no Decreto Municipal.

12.8. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto deste Pregão.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal previstas na legislação brasileira vigente e da faculdade de rescisão contratual, o SAMAe poderá aplicar sanções de natureza moratória e punitiva à CONTRATADA, diante do não cumprimento das cláusulas contratuais, nos termos previsto no artigo 155 e



seguintes da Lei 14.133/2021, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.1.1. A sanção prevista na alínea “a” do subitem 13.1 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021 aplicado a este certame, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.1.2. A sanção prevista na alínea “b” do subitem 13.1, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 do estatuto federal vigente.

13.1.3. A sanção prevista na alínea “c” do subitem 13.1 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.1.4. A sanção prevista na alínea “d” do subitem 13.1 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 13.1.3, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

13.2. Será aplicada multa por inexecução do objeto da licitação, sendo esta parcial ou total, e será aplicada nos seguintes casos e percentuais:

13.2.1. Quando os trabalhos de fiscalização da Administração da execução dos serviços forem dificultados, inclusive quando forem omitidas informações de responsabilidade da CONTRATADA referentes à execução contratual;

13.2.2. Quando houver descumprimento na execução dos serviços especificados no Projeto, ou das Normas Técnicas pertinentes, que acarrete risco de grave prejuízo para a Administração, terceiros ou de danos ambientais;

13.2.3. Quando a sinalização das frentes de serviços for insuficiente, e mesmo após ter notificada, a contratada não reforçar a sinalização, com grave risco aos usuários e a segurança no trecho; no caso de recusa injustificada do contratado em assinar ou retirar termo aditivo, dentro do prazo estabelecido pela Administração Pública, será aplicada multa de 2,0% (dois por cento) do valor total do contrato.

13.2.4. Nos demais casos não previstos, fica estabelecida uma multa de 0,3% (três décimos por cento) do valor do contrato na inexecução parcial do objeto da licitação ou descumprimento de qualquer cláusula do contrato;

13.2.5. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:

13.2.5.1. Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;

13.2.5.2. Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução e planejamento do contrato;

13.2.5.3. A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no contrato e na Lei 14.133/2021.

§ 1º As sanções de advertência e inidoneidade não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com as multas e/ou com a Cláusula Penal no caso de rescisão.

§ 2º Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste Edital, competirá à



Autoridade Competente encaminhar a decisão ao Controle Interno do Município para inserção no cadastro de empresas penalizadas do Município e dos demais órgãos competentes.

§ 3º Para o caso de rescisão contratual decorrente de inexecução contratual culposa da contratada, fica instituída a Cláusula Penal Compensatória por perdas e danos no valor de 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular, observado o que segue:

I. Para exigir a pena convencional, não é necessário que a Contratante alegue prejuízo.

II. O montante de 10% acima definido vale como mínimo da indenização, não prejudicando o ressarcimento por prejuízos com valores a ele excedentes.

13.3. Ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 3 (anos) anos, em conjunto com multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estabelecido em sua proposta, bem como das demais cominações legais, o licitante/contratado que:

I. Der causa à inexecução parcial do contrato;

II. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III. Der causa à inexecução total do contrato;

IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.4. As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório e observadas as competências que são próprias da Procuradoria Geral e Controladoria Geral do Município/SAMAe.

13.5. Os montantes relativos às multas contratuais e a Cláusula Penal Compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobradas judicialmente ou descontadas dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas da ata de Registro de Preços.

13.6. Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada.

13.7. Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança, inclusive judicialmente, da diferença.

13.8. Independentemente das sanções legais cabíveis, o Licitante ficará sujeito, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

13.9. Os prazos referidos neste Edital só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

13.10.10. Do direito de defesa.

13.10.1. Da aplicação das sanções previstas nos incisos I, II e III do caput do art. 156, da Lei 14.133/2021 (item 13.1, "a", "b" e "c"), caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.10.1.1. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.10.2. Da aplicação da sanção prevista no inciso IV do caput do art. 156 Lei 14.133/2021 (item 13.1, "d") caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu



recebimento.

13.10.3. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.10.4. A aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 13.1, requererá a instauração de processo de responsabilização, para avaliação dos fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.10.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste item, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

13.10.6. Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após exaurida a fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios.

13.10.7. Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção comunicará imediatamente ao órgão competente (Controle Interno) que por sua vez, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, deverá informar e manter atualizados os dados relativos às sanções aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal e SICAF.

13.11. A CONTRATADA terá o prazo de 03 (três) dias úteis para interpor recurso, contados a partir da data de intimação ou da lavratura da ata, em face da extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

13.12. Da sujeição a perdas e danos: Independentemente das sanções legais cabíveis, previstas no edital, a Contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados ao Município pelo descumprimento das obrigações licitatórias.

14. DOS ADITIVOS E DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

14.1. DOS ADITIVOS

14.1.1. A Ata de Registro de Preço proveniente desta licitação será regido pelas normativas da Lei nº 14.133/2021 e pelo Decreto municipal nº 9.430/2023 e poderá ser alterado, unilateralmente pela Administração, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021.

14.1.2. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

14.1.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

I- Variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;

II - Atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;

III- Alterações na razão ou na denominação social do contratado;

IV- Empenho de dotações orçamentárias.

14.2. DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

14.2.1. A empresa deverá fazer uma disputa equilibrada, considerando a manutenção do valor proposto pelo prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, pois oscilação de mercado não é fato suficiente a ensejar reequilíbrio econômico-financeiro.

14.2.2. Sempre que atendidas as condições da Ata considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

14.2.3. A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade.



14.2.4. Na ocorrência de requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro devidamente justificado pela Contratada antes da solicitação da ordem de execução pelo Poder Público, caso os preços apurados no mercado sejam mais vantajosos, poderá a Administração liberar o contratado do compromisso sem aplicação de penalidades.

14.2.5. Na ocorrência de requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro pela Contratada após a solicitação da ordem de execução pelo Poder Público, o CONTRATATADO não poderá recusar e/ou interromper o contrato até decisão final no processo administrativo.

14.2.6. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021 e conforme estabelecido no Decreto Municipal n. 9.430/2023 e alterações.

14.2.7. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

14.2.8. Os casos omissos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreadas em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.

14.2.9. Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data de apresentação dos orçamentos, os preços inicialmente contratados, poderão ser reajustados mediante solicitação, de acordo com a variação do IPCA acumulado no período.

15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

15.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), terá validade de 12 meses, podendo ser prorrogada por igual período.

15.2. A convocação para assinar a ata de registro de preços obedecerá a ordem de classificação na licitação correspondente.

15.3. A convocação poderá ser realizada no chat do sistema eletrônico, através de e-mail, aplicativo de mensagens instantâneas, publicação no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC) e endereço eletrônico do SAMAE de Brusque.

15.4. Serão registrados os preços e quantitativos ofertados pelo licitante vencedor;

15.5. Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes questões:

I- O registro a que o item 15.5 artigo tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas neste Decreto;

II- Se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 15.5, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva; e

III- A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

15.6. A recusa do adjudicatário em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido no edital, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens, executar as obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei e no edital da licitação.

15.7. A recusa injustificada, ou cuja justificativa não seja aceita pelo órgão gerenciador, implicará na instauração de procedimento administrativo autônomo para, após garantidos o contraditório e a ampla defesa, eventual aplicação de penalidades administrativas.

15.8. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do § 6º deste artigo, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.



15.9. Os quantitativos fixados pela ata de registro de preços poderão ser acrescidos, quando caracterizadas circunstâncias supervenientes, devidamente demonstradas nos autos do processo administrativo em que tramitar a alteração, que indiquem que as estimativas inicialmente previstas em edital ou no ato que autorizar a contratação direta serão insuficientes para atender a demanda durante o prazo de vigência.

15.10. Os acréscimos quantitativos da ata de registro de preços e dos contratos dela decorrentes, quando somados, não poderão ultrapassar os limites previstos no art. 125 da Lei n. 14.133/2021, em relação às quantidades inicialmente previstas em edital ou no ato que autorizar a contratação direta observados o critério de julgamento, sendo necessário a manifestação expressa do fornecedor da capacidade de atendimento/fornecimento.

15.16. É vedada a existência simultânea de mais de um registro de preços para o mesmo objeto no mesmo local, condições mercadológicas e de logística.

15.17. O preço registrado e a indicação dos fornecedores serão disponibilizados pelo órgão gerenciador no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do Município;

15.18. A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata e em seu anexo deverá ser respeitada nas contratações.

15.19. A Ata de Registro de Preço, será disponibilizada para ser assinada eletronicamente, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), no prazo de até 03 (três) dias, sob pena de aplicação de penalidades.

15.19.1. A empresa receberá o acesso eletrônico para visualização do contrato e procederá com assinatura digital através do endereço eletrônico via Portal do Cidadão, ou outro similar que vier a substituir.

15.20. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

15.20.1. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

15.21. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

15.22. Do cancelamento dos preços registrados

15.22.1 O preço registrado poderá ser suspenso ou cancelado, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos seguintes casos:

I – Pela Administração, quando:

- a) o fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que der origem ao registro de preços;
- b) o fornecedor recusar-se a assinar a ata ou a formalizar contrato decorrente do registro de preços, ressalvada a hipótese de a Administração aceitar sua justificativa;
- c) o fornecedor der causa à rescisão de contrato decorrente do registro de preços;
- d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;
- e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
- f) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.

II – Pelo fornecedor quando, mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.

15.22.2. A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrado, nos casos previstos no inciso I do item 15.22.1, deverá ser formalizada por e-mail, aplicativo de conversas utilizado pela repartição ou por correspondência, com aviso de leitura/recebimento, juntando-se o comprovante no processo que deu origem ao registro de preços.

15.22.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir de 5 (cinco) dias úteis da sua publicação.

15.22.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado somente o eximirá da obrigação de contratar com a Administração se apresentada com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis da data



da convocação para firmar contrato de fornecimento ou de prestação de serviços pelos preços registrados, ou da emissão do empenho, conforme o caso, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

15.22.5. Da decisão que a cancelar ou suspender o preço registrado cabe recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

15.23. Da Adesão à Atas de Registro de Preços

15.23.1. É vedado aos órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, na condição de não participantes, aderirem à ata de registro de preços gerenciada pelo SAMAe.

15.23.2. É facultado ao SAMAe de Brusque aderir à ata de registro de preços, na condição de não participante, cujo órgão ou entidade gerenciadora seja da Administração Pública federal, estadual, distrital ou consórcio de municípios.

15.23.3. Para adesão nos termos do caput deverão ser observados os seguintes requisitos:

I- Elaboração de estudos técnicos preliminares em que constem as especificidades do objeto que pretenda contratar, com a demonstração de sua adequação a suas necessidades, inclusive no que tange a prazos, quantidade e qualidade;

II – Mediante apresentação de justificativa acerca da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

III- Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do artigo 23 da Lei n. 14.133, de 2021;

IV – Realização de consulta prévia ao órgão ou a entidade gerenciadora, bem como ao fornecedor da ata de registro de preços, que deverão manifestar aceitação sobre o ato.

15.23.4. As aquisições ou as contratações adicionais feitas pelo SAMAe não poderão exceder a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

15.23.5. O termo de adesão à ata de registro de preços e às contratações dele decorrentes será divulgado no sítio eletrônico oficial do SAMAe de Brusque, e os respectivos extratos serão publicados no PNCP.

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1.- Interessados poderão adquirir cópia do Edital somente via download do arquivo através do Portal Eletrônico <http://www.portaldecompraspublicas.com.br> e do site oficial da Prefeitura de Brusque <https://brusque.atende.net> – link consulta de licitações.

16.2. As atas serão geradas eletronicamente após o encerramento da sessão pelo Agente de Contratação;

16.2.1. Nas atas das sessões públicas deverá constar o registro das Licitantes participantes, das propostas apresentadas, da análise da documentação de habilitação da(s) vencedora(s) e da interposição de recurso(s), se for o caso;

16.2.2. Os demais atos licitatórios serão registrados no processo da licitação.

16.3. A Licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus anexos, pois a simples apresentação da PROPOSTA submete a Licitante à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor;

16.3.1. No caso de eventual divergência entre o Edital de Licitação e seus ANEXOS, prevalecerão as disposições do primeiro.

16.4. A Licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da Licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a adjudicatária, a rescisão do instrumento contratual, sem prejuízos das demais sanções cabíveis.

16.5. A Administração Pública reserva a si o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte por vício ou ilegalidade, bem como adiar *sine die* ou prorrogar o



prazo para recebimento e/ou abertura da PROPOSTA ou da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, desclassificar qualquer proposta ou desqualificar qualquer Licitante, caso tome conhecimento de fato que afete a capacidade financeira, técnica ou comercial da Licitante, sem que isto gere direito à indenização ou ressarcimento de qualquer natureza.

16.6. 2. É facultada ao Agente de Contratação, ou autoridade superior, em qualquer fase desta Licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

16.7. Na hipótese de não conclusão do processo licitatório dentro do prazo de validade da proposta, poderá a Licitante, revalidar, por igual período, o documento, sob pena de ser declarada desistente do feito licitatório.

16.8. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16.9. A simples participação neste certame licitatório importa na aceitação, sem ressalvas e objeções, por parte de todas as empresas licitantes, das disposições contidas neste Edital e seus anexos, dos quais os mesmos atestam, pela participação, terem pleno conhecimento.

16.10. Na hipótese de não conclusão do processo licitatório dentro do prazo de validade da proposta, deverá a licitante, independente de comunicação formal da Prefeitura Municipal, revalidar, por igual período, o documento, sob pena de ser declarada desistente do feito licitatório.

16.11. Fica constituído como obrigação das empresas participantes, o acompanhamento das publicações contidas no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM) e através dos sítios: <https://www.brusque.atende.net> e <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

16.12. As decisões referentes a este processo licitatório serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM). As edições do jornal são disponibilizadas no site: <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/>, bem como no site da prefeitura de Brusque: <https://brusque.atende.net> – link DOM.

16.13. Informações sobre o andamento da licitação poderão ser obtidas junto ao Agente de Contratação da Comissão de Contratação, nos dias úteis, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min ou pelo e-mail: atendimento.licitacao12@gmail.com. Ainda, poderão ser acompanhadas as fases através do Portal Eletrônico <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

16.14. Os casos omissos neste edital serão analisados e resolvidos pela aplicação de normas pertinentes às Licitações e Contratos, Lei Federal nº 14.133/2021 e ulteriores alterações, através do Agente de Contratação, eventualmente ouvidos os órgãos técnicos e especializados, as decisões do Agente de Contratação serão ratificadas pela autoridade superior.

16.15. **Objetivando garantir o acesso às informações, bem como a transparência dos atos públicos, todas as informações constantes no edital, bem como no contrato a ser firmado com as empresas que serão contratadas, assim como os demais atos inerentes, são públicos e são instrumentos de transparência da gestão fiscal e serão submetidos a ampla divulgação em observância aos dispostos na Lei 12.527/2011 (acesso a informações) e na Lei geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD n. 13.709/2018), bem como nos artigos 48 e 58, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal n. 101/2000, na Lei da Transparência n. 131/2009.**

26.16. Fazem parte integrante deste Edital:

26.17. São partes integrantes deste Edital:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Modelo de Proposta Comercial;

ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preço;

ANEXO IV – Modelo Declaração ME/EPP

Anexo V – Relação dos Reservatórios e caixas d'água

Brusque/SC, 04 de abril de 2024.

Cláudio Adão Pereira
Diretor Presidente
SAMA E – Brusque



ANEXO I
PREGÃO ELETRÔNICO 026/2024
TERMO DE REFERÊNCIA:

O Serviço Autônomo Municipal De Água E Esgoto - Samae/Santa Catarina, para a contratação de empresa especializada em limpeza e desinfecção de caixas d'água e reservatórios pertencentes ao Sistema Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque/SC (SAMAE – Brusque)

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

Cód. Lote: 1- Lote: Serviço de limpeza e desinfecção de caixas d'água e reservatórios do SAMAE					
Item	Produto- Descrição	Unidade	Quantidade	Cotação Máxima Unitária (R\$)	Cotação Máxima Total (R\$)
1	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO SEDE ADMINISTRATIVA- PREDIAL 1, CIRCULAR FIBRA, COM VOLUME DE 0,5m³, LOCALIZADO NA RUA DR. PENIDO, Nº 297, CENTRO.	UNIDADE	1,00	1.200,00	1.200,00
2	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO SEDE ADMINISTRATIVA- PREDIAL 2, CIRCULAR FIBRA, COM VOLUME DE 0,5m³, LOCALIZADO NA RUA DR. PENIDO, Nº 297, CENTRO.	UNIDADE	1,00	1.200,00	1.200,00
3	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO ÁREA TÉCNICA (NOVA)- PREDIAL 1, CIRCULAR FIBRA, COM VOLUME DE 10m³, LOCALIZADO NA RUA MAXIMILIANO FURBRINGER, Nº 305, SOUZA CRUZ.	UNIDADE	1,00	645,00	645,00
4	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO ÁREA TÉCNICA (NOVA)- PREDIAL 2, CIRCULAR FIBRA, COM VOLUME DE 0,5m³, LOCALIZADO NA RUA MAXIMILIANO FURBRINGER, Nº 305, SOUZA CRUZ.	UNIDADE	1,00	1.200,00	1.200,00
5	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO PREDIAL: POTÁVEL DE USO COMUM, CIRCULAR FIBRA, COM VOLUME DE 1m³, LOCALIZADO NA RUA DR. PENIDO, Nº 297, CENTRO.	UNIDADE	1,00	790,00	790,00
6	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE CISTERNA R1, CIRCULAR CONCRETO, COM VOLUME DE 1000m³, LOCALIZADO NA RUA DR. PENIDO, Nº 297, CENTRO.	UNIDADE	1,00	11.264,00	11.264,00
7	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE CISTERNA R2, CIRCULAR CONCRETO, COM VOLUME DE 500m³, LOCALIZADO NA RUA DR. PENIDO, Nº 297, CENTRO.	UNIDADE	1,00	6.500,00	6.500,00
8	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE CISTERNA R3, CIRCULAR CONCRETO, COM VOLUME DE 500m³, LOCALIZADO NA RUA DR. PENIDO, Nº 297, CENTRO.	UNIDADE	1,00	6.500,00	6.500,00
9	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO R4, CIRCULAR CONCRETO, COM VOLUME DE 3000m³, LOCALIZADO NA RUA DR. PENIDO, Nº 297, CENTRO.	UNIDADE	1,00	28.792,00	28.792,00
10	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO R5, CIRCULAR AÇO/FIBRA, COM VOLUME DE 6500m³, LOCALIZADO NA RUA DR. PENIDO, Nº 297, CENTRO.	UNIDADE	1,00	50.000,00	50.000,00
11	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO	UNIDADE	1,00	790,00	790,00



	CAPTAÇÃO GUARANI, CIRCULAR FIBRA, COM VOLUME DE 1m ³ , LOCALIZADO NA RUA AIRES LOURENÇO PENK				
12	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO SAÍDA (DE BAIXO) SISTEMA ISOLADO VOLTA GRANDE, QUADRADO CONCRETO, COM VOLUME DE 100m ³ , LOCALIZADO NA RUA VOLTA GRANDE, ANEXO AO SISTEMA.	UNIDADE	1,00	2.598,15	2.598,15
13	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO 1 SISTEMA ISOLADO VOLTA GRANDE, QUADRADO CONCRETO, COM VOLUME DE 170m ³ , LOCALIZADO NA RUA VOLTA GRANDE, ANEXO AO SISTEMA.	UNIDADE	1,00	2.600,00	2.600,00
14	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO 2 SISTEMA ISOLADO VOLTA GRANDE, QUADRADO CONCRETO, COM VOLUME DE 170m ³ , LOCALIZADO NA RUA VOLTA GRANDE, ANEXO AO SISTEMA.	UNIDADE	1,00	2.600,00	2.600,00
15	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO 3 SISTEMA ISOLADO VOLTA GRANDE, QUADRADO CONCRETO, COM VOLUME DE 170m ³ , LOCALIZADO NA RUA VOLTA GRANDE, ANEXO AO SISTEMA.	UNIDADE	1,00	2.600,00	2.600,00
16	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO PREDIAL: POTÁVEL DE USO COMUM VOLTA GRANDE, CIRCULAR FIBRA, COM VOLUME DE 1m ³ , LOCALIZADO NA RUA VOLTA GRANDE, ANEXO AO SISTEMA.	UNIDADE	1,00	790,00	790,00
17	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO 1 SISTEMA ISOLADO SANTA LUZIA, CIRCULAR CONCRETO, COM VOLUME DE 30m ³ , LOCALIZADO NA RUA ERMÍNIO PAVESI, S/N, SANTA LUZIA.	UNIDADE	1,00	1.430,00	1.430,00
18	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO 2 NOVO SISTEMA ISOLADO SANTA LUZIA, QUADRADO CONCRETO, COM VOLUME DE 100m ³ , LOCALIZADO NA RUA ERMÍNIO PAVESI, S/N, SANTA LUZIA.	UNIDADE	1,00	2.598,15	2.598,15
19	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO DE BAIXO PRÓXIMO AO SISTEMA ISOLADO SANTA LUZIA, QUADRADO CONCRETO, COM VOLUME DE 150m ³ , LOCALIZADO NA RUA SANTOLINO MACHADO, SANTA LUZIA.	UNIDADE	1,00	2.598,15	2.598,15
20	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO PREDIAL: POTÁVEL DE USO COMUM SANTA LUZIA, CIRCULAR FIBRA, COM VOLUME DE 5m ³ , LOCALIZADO NA RUA ERMÍNIO PAVESI, S/N, SANTA LUZIA.	UNIDADE	1,00	1.200,00	1.200,00
21	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO 1 SISTEMA ISOLADO DOM JOAQUIM, CIRCULAR CONCRETO, COM VOLUME DE 100m ³ , LOCALIZADO NA ROD. SC 486, ENTRADA DA BENETEX, DOM JOAQUIM.	UNIDADE	1,00	2.598,15	2.598,15
22	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO 2 NOVO SISTEMA ISOLADO DOM JOAQUIM, CIRCULAR AÇO, COM VOLUME DE 100m ³ , LOCALIZADO NA ROD. SC 486, ENTRADA DA BENETEX, DOM JOAQUIM.	UNIDADE	1,00	2.598,15	2.598,15
23	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO SISTEMA ISOLADO CEDRO ALTO, CIRCULAR CONCRETO,	UNIDADE	1,00	3.920,00	3.920,00



	COM VOLUME DE 300m ³ , LOCALIZADO NA RUA ANASTÁCIO RUSSI, CEDRO ALTO.				
24	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO PREDIAL CEDRO ALTO, CIRCULAR FIBRA, COM VOLUME DE 0,5m ³ , LOCALIZADO NA RUA ANASTÁCIO RUSSI, CEDRO ALTO.	UNIDADE	1,00	1.200,00	1.200,00
25	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO 1 SISTEMA ISOLADO LIMEIRA, CIRCULAR CONCRETO, COM VOLUME DE 500m ³ , LOCALIZADO NA RUA PEDRO MAFRA, LIMEIRA.	UNIDADE	1,00	6.000,00	6.000,00
26	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO 2 NOVO SISTEMA ISOLADO LIMEIRA, CIRCULAR AÇO, COM VOLUME DE 500m ³ , LOCALIZADO NA RUA PEDRO MAFRA, LIMEIRA.	UNIDADE	1,00	6.000,00	6.000,00
27	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO PREDIAL: POTÁVEL DE USO COMUM LIMEIRA, CIRCULAR FIBRA, COM VOLUME DE 5m ³ , LOCALIZADO NA RUA PEDRO MAFRA, LIMEIRA.	UNIDADE	1,00	1.200,00	1.200,00
28	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO, CIRCULAR CONCRETO, COM VOLUME DE 500m ³ , LOCALIZADO NA RUA ARNOLDO RISTOW - FINAL DA RUA, BAIRRO ZANTÃO.	UNIDADE	1,00	6.000,00	6.000,00
29	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO PREDIAL: POTÁVEL DE USO COMUM LIMEIRA, CIRCULAR FIBRA, COM VOLUME DE 5m ³ , LOCALIZADO NA RUA ARNOLDO RISTOW - FINAL DA RUA, ZANTAO.	UNIDADE	1,00	1.200,00	1.200,00
30	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO ZOOBOTÂNICO, CIRCULAR CONCRETO, COM VOLUME DE 30m ³ , LOCALIZADO DENTRO DO ZOOBOTÂNICO.	UNIDADE	1,00	1.430,00	1.430,00
31	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO NOVA BRASÍLIA, CIRCULAR AÇO, COM VOLUME DE 2000m ³ , LOCALIZADO NA RUA ALOIS WINTER / ANTÔNIO KUNITS, NOVA BRASÍLIA.	UNIDADE	1,00	15.000,00	15.000,00
32	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO BATEAS, QUADRADO CONCRETO, COM VOLUME DE 150m ³ , LOCALIZADO NA RUA PEDRO FANTONI, BATEAS.	UNIDADE	1,00	2.598,15	2.598,15
33	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO PLANALTO, CIRCULAR FIBRA, COM VOLUME DE 200m ³ , LOCALIZADO NA RUA TREZE DE MAIO, PLANALTO.	UNIDADE	1,00	3.500,00	3.500,00
34	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO LOTEAMENTO DELLAGNOLLO, CIRCULAR FIBRA, COM VOLUME DE 20m ³ , LOCALIZADO NA RUA ALCESTE DALMOLIN, 1º DE MAIO.	UNIDADE	1,00	1.430,00	1.430,00
35	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE CISTERNA LOTEAMENTO DELLAGNOLLO, CIRCULAR FIBRA, COM VOLUME DE 20m ³ , LOCALIZADO NA RUA HENRIQUE HOFFMAN, CENTRO II.	UNIDADE	1,00	1.430,00	1.430,00
36	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO PONTA RUSSA, CIRCULAR FIBRA, COM VOLUME DE 3m ³ , LOCALIZADO NA RUA PONTA RUSSA, PONTA RUSSA.	UNIDADE	1,00	1.200,00	1.200,00



37	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO HOFFMANN 1, CIRCULAR FIBRA, COM VOLUME DE 15m³, LOCALIZADO NA RUA MANOEL MACHADO, DOM JOAQUIM.	UNIDADE	1,00	1.430,00	1.430,00
38	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE CISTERNA MARU, QUADRADA CONCRETO SUBTERRÂNEA, COM VOLUME DE 5m³, LOCALIZADO NA RUA LUIZ RAFAEL FLOR- FUNDOS Nº 180, NOVA BRASÍLIA	UNIDADE	1,00	1.200,00	1.200,00
39	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO BARRIGA VERDE, RETANGULAR CONCRETO SUBTERRÂNEO, COM VOLUME DE 10m³, LOCALIZADO NA RUA GERMANO FISCHER, SÃO PEDRO	UNIDADE	1,00	645,00	645,00
40	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO JOÃO HASSMANN, CIRCULAR FIBRA, COM VOLUME DE 15m³, LOCALIZADO NA RUA NICOLAU HASSMANN, GUARANI	UNIDADE	1,00	1.430,00	1.430,00
41	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO LUIZ PEDRINI, CIRCULAR FIBRA, COM VOLUME DE 5m³, LOCALIZADO NA RUA LUIZ PEDRINI, DOM JOAQUIM	UNIDADE	1,00	1.200,00	1.200,00
42	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO LIMEIRA 1, CIRCULAR FIBRA, COM VOLUME DE 5m³, LOCALIZADO NA RUA ELVIRA DA SILVA, LIMEIRA	UNIDADE	1,00	1.200,00	1.200,00
43	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO, CIRCULAR AÇO, COM VOLUME DE 500m³, LOCALIZADO NA RUA DOS XAXINS, AZAMBUJA	UNIDADE	1,00	5.632,00	5.632,00
44	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE CISTERNA 1 COLINAS, CIRCULAR FIBRA, COM VOLUME DE 15m³, LOCALIZADO NA RUA ÂNGELO VASSELAI, LIMOEIRO	UNIDADE	1,00	1.430,00	1.430,00
45	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE CISTERNA 2 COLINAS, CIRCULAR FIBRA, COM VOLUME DE 15m³, LOCALIZADO NA RUA ÂNGELO VASSELAI, LIMOEIRO	UNIDADE	1,00	1.430,00	1.430,00
46	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO JOSÉ KNIHS, CIRCULAR CONCRETO, COM VOLUME DE 200m³, LOCALIZADO NA RUA HENRIQUE HARTKE- AO LADO Nº 364, 1º DE MAIO	UNIDADE	1,00	3.048,15	3.048,15
47	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO 1 MALUCHE, CIRCULAR CONCRETO, COM VOLUME DE 150m³, LOCALIZADO NA RUA SC-11, MALUCHE	UNIDADE	1,00	2.598,15	2.598,15
48	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO 2 MALUCHE, CIRCULAR CONCRETO, COM VOLUME DE 50m³, LOCALIZADO NA RUA SC-11, MALUCHE	UNIDADE	1,00	1.430,00	1.430,00
49	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO FELIPE HECKERT, QUADRADO CONCRETO, COM VOLUME DE 100m³, LOCALIZADO NA RUA FELIPE HECKERT- FINAL DA RUA, 1º DE MAIO	UNIDADE	1,00	2.598,15	2.598,15
50	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO BROMÉLIAS, CIRCULAR FIBRA, COM VOLUME DE 15m³, LOCALIZADO NA RUA MARIA ANDRÉ DE FREITAS, RIO BRANCO	UNIDADE	1,00	1.430,00	1.430,00
51	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO	UNIDADE	1,00	1.200,00	1.200,00



	LUIZ DADA, CIRCULAR FIBRA, COM VOLUME DE 5m ³ , LOCALIZADO NA RUA LUIZ DADA, DOM JOAQUIM				
52	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO HOFFMANN 2, CIRCULAR FIBRA, COM VOLUME DE 20m ³ , LOCALIZADO NA RUA ERNESTO KUCHEMBECKER, DOM JOAQUIM	UNIDADE	1,00	1.430,00	1.430,00
53	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO EUGENIO DE BRANDIT, CIRCULAR FIBRA, COM VOLUME DE 10m ³ , LOCALIZADO NA RUA EUGENIO DE BRANDIT, LIMEIRA	UNIDADE	1,00	985,00	985,00
54	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO 1 INDEPENDENCIA, CIRCULAR FIBRA, COM VOLUME DE 25m ³ , LOCALIZADO NA RUA GUILHERME KREIDLOW, ÁGUAS CLARAS	UNIDADE	1,00	1.430,00	1.430,00
55	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO 2 INDEPENDENCIA, CIRCULAR FIBRA, COM VOLUME DE 25m ³ , LOCALIZADO NA RUA GUILHERME KREIDLOW, ÁGUAS CLARAS	UNIDADE	1,00	1.430,00	1.430,00
56	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO JOÃO TORMENA, CIRCULAR FIBRA, COM VOLUME DE 15m ³ , LOCALIZADO NA RUA JOÃO TORMENA, 1º DE MAIO	UNIDADE	1,00	1.430,00	1.430,00
57	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO ÁGUAS CLARAS, CIRCULAR FIBRA, COM VOLUME DE 3m ³ , LOCALIZADO NA RUA AC-34- TRAVESSA DA CARLOS GAMBA, ÁGUAS CLARAS	UNIDADE	1,00	1.200,00	1.200,00
58	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE CISTERNA BOOSTER JOÃO XXIII, CIRCULAR FIBRA, COM VOLUME DE 15m ³ , LOCALIZADO NA RUA JOÃO XXIII- FRENTE AO Nº 2, 1º DE MAIO	UNIDADE	1,00	1.430,00	1.430,00
59	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO MADRE TERESA, QUADRADO CONCRETO, COM VOLUME DE 15m ³ , LOCALIZADO NA RUA MADRE TERESA DE CALCUTÁ- TRAVESSA DA ADELAIDE FISCHER, SÃO PEDRO	UNIDADE	1,00	1.430,00	1.430,00
60	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO DOMINGOS POLLI, CIRCULAR FIBRA, COM VOLUME DE 15m ³ , LOCALIZADO NA RUA DOMINGOS POLLI, AZAMBUJA	UNIDADE	1,00	1.430,00	1.430,00
61	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO 1 FLORENCE, CIRCULAR FIBRA, COM VOLUME DE 25m ³ , LOCALIZADO NA RUA 100- LOTEAMENTO FLORENCE, VOLTA GRANDE	UNIDADE	1,00	1.430,00	1.430,00
62	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO 2 FLORENCE, CIRCULAR FIBRA, COM VOLUME DE 25m ³ , LOCALIZADO NA RUA 100- LOTEAMENTO FLORENCE, VOLTA GRANDE	UNIDADE	1,00	1.430,00	1.430,00
63	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE CISTERNA 1 CADORE, CIRCULAR FIBRA, COM VOLUME DE 25m ³ , LOCALIZADO NA RUA ALBERTO MULLER- LOTEAMENTO CADORE, LIMEIRA	UNIDADE	1,00	1.430,00	1.430,00



64	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE CISTERNA 2 CADORE, CIRCULAR FIBRA, COM VOLUME DE 25m ³ , LOCALIZADO NA RUA ALBERTO MULLER- LOTEAMENTO CADORE, LIMEIRA	UNIDADE	1,00	1.430,00	1.430,00
65	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE CISTERNA 3 CADORE, CIRCULAR FIBRA, COM VOLUME DE 25m ³ , LOCALIZADO NA RUA ALBERTO MULLER- LOTEAMENTO CADORE, LIMEIRA	UNIDADE	1,00	1.430,00	1.430,00
66	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE CISTERNA 4 CADORE, CIRCULAR FIBRA, COM VOLUME DE 25m ³ , LOCALIZADO NA RUA ALBERTO MULLER- LOTEAMENTO CADORE, LIMEIRA	UNIDADE	1,00	1.430,00	1.430,00
67	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO GUARANI, CIRCULAR FIBRA, COM VOLUME DE 15m ³ , LOCALIZADO NA RUA ORIDES SCHWARTZ, GUARANI	UNIDADE	1,00	1.430,00	1.430,00
68	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO 1 DE PINHO, CIRCULAR FIBRA, COM VOLUME DE 25m ³ , LOCALIZADO NA TRAVESSA DOM JOAQUIM, DOM JOAQUIM	UNIDADE	1,00	1.430,00	1.430,00
69	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO 2 DE PINHO, CIRCULAR FIBRA, COM VOLUME DE 25m ³ , LOCALIZADO NA TRAVESSA DOM JOAQUIM, DOM JOAQUIM	UNIDADE	1,00	1.430,00	1.430,00
70	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE POÇO CAPTAÇÃO DE ÁGUA BRUTA, MEDINDO 9,5M X 1,35M X 6,5M (AXLXC) E SUAS TUBULAÇÕES, LOCALIZADO NA RUA AIRES LOURENÇO PENK, GUARANI.	UNIDADE	1,00	1.430,00	1.430,00
71	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO LIP- LIMEIRA, CIRCULAR FIBRA, COM VOLUME DE 20M ³ , LOCALIZADO NA RUA PEDRO MAFRA.	UNIDADE	1,00	1.200,00	1.200,00
72	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO QUADRADO CONCRETO SUBTERRÂNEO COM VOLUME DE 22M ³ , SEDE ADMINISTRATIVA LOCALIZADO NA RUA DR. PENIDO, Nº 297, CENTRO.	UNIDADE	1,00	1.430,00	1.430,00
73	SERVIÇO DE LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO QUADRADO CONCRETO SUBTERRÂNEO COM VOLUME DE 276,70M ³ , SEDE ADMINISTRATIVA LOCALIZADO NA RUA DR. PENIDO, Nº 297, CENTRO.	UNIDADE	1,00	1.430,00	1.430,00
				Total (R\$):	243.656,35

2. **JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE:** A regular limpeza e desinfecção de caixas e reservatórios de água, busca manter os padrões de potabilidade exigidos pela legislação, além de ser condição necessária para a emissão dos alvarás sanitários das instalações pertencentes ao SAMAE. A presente contratação se faz necessária uma vez que a autarquia não dispõe de equipamentos e recursos humanos suficientes para executar os serviços em questão. O objetivo é manter os padrões de qualidade da água consumida pelos munícipes, contribuindo com a qualidade de vida do cidadão, e o cumprimento das atribuições legais e regimentais do SAMAE Brusque. Conforme os princípios dos Planos de Segurança da Água (PSA) recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS), devem ser definidos instrumentos que identifiquem e priorizem perigos e riscos em um sistema de abastecimento de água, desde o manancial até



o consumidor, visando estabelecer medidas de controle para reduzi-los ou eliminá-los estabelecendo processos para verificação da eficiência da gestão preventiva, com os seguintes objetivos:

- Prevenir ou minimizar a contaminação dos mananciais de captação;
- Eliminar a contaminação da água por meio do processo de tratamento adequado; e
- Prevenir a (re)contaminação no sistema de distribuição da água (reservatórios e rede de distribuição).

A contratação de empresa especializada para os referidos serviços deve-se à necessidade de seguir as especificações estabelecidas no Decreto Estadual nº 1.846 de 20 de dezembro de 2018, conforme o cap. VII, art. 33, a seguir:

Parágrafo único. Ficam os responsáveis pelos reservatórios de água tratada obrigados a realizar a limpeza e desinfecção, com periodicidade mínima de 1 (um) ano, ocasião em que os reservatórios serão submetidos à manutenção preventiva e corretiva, se necessário.

Este Decreto Estadual tem como base a Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017, do Ministério da Saúde, que trata DO CONTROLE E DA VIGILÂNCIA DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO E SEU PADRÃO DE POTABILIDADE:

Art. 13. Compete ao responsável pelo sistema ou solução alternativa coletiva de abastecimento de água para consumo humano:

I- Exercer o controle da qualidade da água;

II- Garantir a operação e a manutenção das instalações destinadas ao abastecimento de água potável em conformidade com as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e das demais normas pertinentes; (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, Art. 13, II)

Conforme a NBR 5626-98, toda caixa d'água deve ser limpa e desinfetada, pois isso é uma garantia de proteção da água que chega devidamente tratada para o consumo, neste caso, dos usuários pertencentes ao município de Brusque, no estado de Santa Catarina.

3. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.1. Os serviços deverão ser prestados para o SAMAE, na cidade de Brusque/SC, devendo a contratada:

a) Cumprir fielmente as exigências deste termo, de forma que os serviços a serem executados sigam as especificações técnicas de execução da limpeza das caixas d'água, as normas e instruções dos órgãos competentes para a conservação da água potável e do meio ambiente;

b) Executar os serviços observando procedimentos de segurança do trabalho e seguir rigorosamente todas as normas de segurança vigentes;

c) Executar os serviços de acordo com as especificações deste edital dentro do período de 12 (doze) meses;

d) Executar os serviços, mediante Ordem de Serviço, devidamente autorizado pelo funcionário indicado pelo SAMAE ou seu substituto legal;

e) Executar os serviços em até 10 dias úteis do recebimento da ordem de serviço;

f) Fornecer um cronograma, que será analisado e aprovado em comum acordo com a empresa contratante; o cronograma de execução do serviço estará sujeito a modificações, desde que previamente comunicado e havendo consenso entre as partes.

3.2. Os locais das prestações dos serviços serão definidos no momento da solicitação, por meio da Ordem de Serviço, e serão os indicados no Anexo V do presente edital.

3.3. Antes da utilização dos produtos químicos, para cada condição específica, os responsáveis pela prestadora de serviço, deverão apresentar oficialmente ao(s) Fiscal(is) do Contrato:

a) Ficha técnica dos produtos químicos;

b) Cópia do registro dos produtos químicos nos órgãos sanitários competentes;

c) Cópia da Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos – FISPQ;

d) Procedimentos de primeiros socorros em caso de acidente;

e) Procedimentos de recolhimento de descarte de embalagens e produtos químicos.



3.4. O armazenamento e fracionamento de produtos químicos devem ser feitos em local específico, distante de locais que possam gerar faísca, materiais combustíveis, refeitórios, vestiários, entre outros. A prestadora de serviço deverá garantir a destinação final adequada para resíduos químicos. A prestadora de serviço deverá também treinar seus empregados de acordo com os produtos químicos utilizados e suas respectivas FISPOQ.

3.5. Os produtos químicos não utilizados nas limpezas não devem ser mantidos, armazenados ou serem descartados nas localidades de uso.

3.6. Os trabalhos deverão ser conduzidos conforme as Normas de Segurança e Saúde no trabalho (NR 33 e NR 35) e outras normas vigentes.

3.7. Para trabalho em altura, devem ser observadas as seguintes exigências:

a) As medidas de proteção contra quedas de altura deverão atender aos requisitos da NR-18: item 18.18 (Telhados e Coberturas), e NR-35 item 35.5 (Sistemas de Proteção Contra Quedas) e anexo II da NR-35 (Sistemas de Ancoragem);

b) Deve ser apresentada a Comprovação do Treinamento para Trabalho em Altura (mínimo de 8 horas) para todos os trabalhadores que executarem trabalho em altura;

c) As prestadoras de serviço deverão elaborar a Permissão de Trabalho para a realização de Serviços em Altura, em que deverão apresentar a Autorização de Trabalho de Risco APR e a metodologia que será adotada para realização dos serviços, por exemplo: se farão uso de andaimes, escadas ou plataforma elevatória, e quais alternativas de ancoragem serão utilizadas;

d) Os locais onde houver riscos de queda de materiais, pessoas e objetos deverão possuir bloqueio físico, isolamento e sinalização de advertência de restrição e/ou proibição de passagem e circulação.

3.8. Para trabalho em espaço confinado, devem ser observadas as seguintes exigências previstas da NR33:

a) Devem ser apresentados os Certificados de Treinamento para todos os trabalhadores autorizados e vigias com carga horária mínima de 16 horas, conforme NR 33, item 33.3.5 com validade de 12 meses; e Certificado de Treinamento para todos os supervisores de entrada com carga horária mínima de 40 horas, conforme a NR 33, item 33.3.5.6;

b) É vedada a designação para trabalhos em espaços confinados sem a prévia capacitação do trabalhador. Todos os trabalhadores autorizados, vigias e supervisores de entrada devem receber capacitação periódica a cada 12 meses, com carga horária mínima de 8 horas;

c) As prestadoras de serviço deverão elaborar Permissão de Trabalho para a realização de Serviços em Espaço Confinado, em que deverão apresentar a Autorização de Trabalho de Risco APR e a metodologia que será adotada para realização dos serviços. As atividades devem ser realizadas, acompanhadas e supervisionadas por pessoa capacitada; nunca permitir a permanência de apenas um trabalhador no espaço confinado;

d) Utilizar equipamento de leitura direta, intrinsecamente seguro, provido de alarme, calibrado e protegido contra emissões eletromagnéticas ou interferências de radiofrequência. As calibrações deste equipamento devem ser executadas por um Organismo de Certificação Credenciado (OCC) pelo INMETRO, em periodicidade conforme informação no manual do equipamento e na ausência desta, anualmente;

e) Devem ser fornecidos os Equipamentos de Proteção Respiratória (EPR). Todos os trabalhadores que estarão nestas atividades devem ser submetidos a exames médicos específicos para a função desempenhada, conforme a NR's 7 e 31, incluindo os fatores psicossociais, em emissão ao Atestado de Saúde Ocupacional (ASO);

f) Nas atividades com envolvimento de espaços confinados, é obrigatório ter no mínimo duas pessoas acompanhando o processo, sendo um deles denominado vigia. A equipe de espaço confinado também é formada por responsável técnico, supervisor de entrada, vigia e os trabalhadores autorizados;

g) Cabe a prestadora de serviço fornecer e garantir que todos os trabalhadores que adentrarem em espaços confinados disponham de todos os equipamentos para controle de riscos, previstos na Permissão de Entrada e Trabalho;

h) Em caso de existência de Atmosfera Imediatamente Perigosa à Vida ou à Saúde - Atmosfera IPVS –, o espaço confinado somente pode ser adentrado com a utilização de máscara autônoma de demanda com pressão



positiva ou com respirador de linha de ar comprimido com cilindro auxiliar para escape, os quais devem ser fornecidos pela prestadora de serviço.

3.9. A empresa contratada deverá ter qualificação técnica segundo as Normas de Segurança acima mencionadas e responsável técnico apto a emitir laudo de higienização e desinfecção.

3.10. Os serviços receberão supervisão de profissional responsável do SAMA E de Brusque que efetuará a vistoria técnica do reservatório.

3.11. Caso a unidade necessite de reparo, a execução dos serviços de limpeza e desinfecção poderão ser canceladas e/ou reagendadas.

3.12. A empresa contratada deverá evitar ao máximo a interrupção do abastecimento, tratando cada unidade isoladamente. Assim, havendo mais de um, como conjunto reservatório inferior- reservatório superior, tratar cada conjunto separadamente, ou seja, enquanto um conjunto é isolado para execução dos serviços, e o outro mantém o abastecimento normalmente.

3.13. Após a limpeza de cada reservatório deve ser realizada sua desinfecção. Terminado o procedimento de desinfecção e restabelecido o abastecimento dos reservatórios, deve ser medido o residual de cloro de cada um deles, não devendo ser excedido o valor de 3,0 mg/l.

3.14. A proponente vencedora deverá responder pelos vícios, defeitos ou danos causados a terceiros/Município referente à prestação dos serviços, assumindo os gastos e despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela solicitante.

3.15. Todas as embalagens e materiais utilizados durante o serviço, assim como todos os resíduos gerados devem ser recolhidos e destinados de forma correta, sendo de responsabilidade da contratada.

3.16. Os serviços poderão ser realizados nos finais de semana, por solicitação e agendamentos prévios.

3.17. Após a realização dos procedimentos de limpeza e desinfecção a contratada deverá dentro de 10 dias, apresentar um laudo laboratorial que comprove a potabilidade da água, de acordo com a portaria GM/MS Nº 888/21. Deverá ser apresentado um laudo para cada reservatório ou caixa d'água, onde foi realizado o serviço.

3.18. O Pagamento do serviço será realizado mediante a entrega deste Laudo e Certificado de realização da limpeza e desinfecção.

3.19. A não prestação dos serviços dentro do prazo e condições estabelecidas neste Edital, ensejará a revogação do contrato e a aplicação das sanções legais previstas.

4. DO PROCESSO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO BACTERIOLÓGICA:

4.1. A empresa contratada deverá seguir as especificações técnicas de execução de higienização das caixas d'água, as normas e instruções dos órgãos competentes para a conservação da água potável e do meio ambiente e de limpeza de caixas d'água, conforme relacionado abaixo.

4.2. Devem ser adotados os seguintes procedimentos na limpeza e desinfecção bacteriológica de reservatórios de água potável:

- a) Fechar antes da execução dos serviços os registros de entrada d'água;
- b) Fechar os registros de saída d'água para evitar que o resíduo da limpeza entre na rede de água limpa;
- c) Esvaziar o reservatório;
- d) Armazenar água do próprio reservatório para efetuar a limpeza da caixa d'água;
- e) Escovar, com material apropriado e limpo, as paredes internas, fundo e tampa do reservatório;
- f) Utilizar materiais adequados para a limpeza dos reservatórios;
- g) Eliminar todas as sujeiras existentes nas caixas d'água, inclusive manchas, quando possível;
- h) Realizar registro fotográfico da situação interna do reservatório, verificar a situação estrutural do reservatório, investigando a existência de fendas e/ou rachaduras que permitam vazamento ou infiltração. Em caso positivo, deverá ser comunicado ao contratante para providenciar os reparos necessários (Decreto Estadual 1.846 de 20/12/2018);
- i) Aplicar os produtos necessários à desinfecção dos reservatórios (desinfecção do reservatório de água, através de pulverização com Hipoclorito de Sódio, produto químico concentrado a 10-12% (dez a doze por



cento), para que se obtenha dosagem de NaClO, conforme orientação dos órgãos e institutos de análises, para eliminação de doenças de veiculação hídricas);

j) Respeitar o tempo de contato;

k) Enxaguar todo o reservatório com água limpa e novamente esgotá-lo;

l) Verificar as condições das tampas se estão devidamente vedadas de modo a impedir a entrada de poeira, insetos e outros tipos de organismos que propiciem a contaminação da água. Caso não estejam, a contratada deverá comunicar ao funcionário indicado pela SAMAE de Brusque para a adoção das medidas cabíveis; (Decreto Estadual 1.846 de 20/12/2018);

m) Verificar o funcionamento de torneiras e boias, informando à contratante, caso seja necessário algum conserto;

n) Após a limpeza os registros deverão ser abertos para que os reservatórios encham novamente;

o) Qualquer mudança neste procedimento, deverá passar por análise e aprovação de profissional responsável da empresa contratante;

p) Os funcionários da contratada deverão utilizar os equipamentos de proteção individual conforme NR-33, NR-35 e outras normas cabíveis; e estar convenientemente vestidas com identificação da empresa contratada;

q) Em situações que possuam caixas inferiores e superiores, a limpeza deverá iniciar pelas caixas inferiores, tendo-se o cuidado de antes encher as caixas superiores. As caixas superiores serão enxaguadas com água das caixas inferiores, limpas e desinfetadas;

r) Eventuais danos que ocorram nos locais de realização dos serviços, constantes produzidos pela contratada, terão que ser ressarcidos ao contratante;

s) Deverá ser efetuado um relatório de conservação após a realização do serviço, com um visto do responsável do SAMAE e este será a garantia do contratado, que prestou o serviço sem causar danos ressarcíveis ao contratante;

t) Os locais envolvidos na execução dos serviços deverão ser entregues limpos pela contratada, que deverá providenciar a remoção e a destinação dos dejetos, embalagens e vasilhames de produtos utilizados para a limpeza;

u) Fica reservado ao SAMAE Brusque o direito de vetar, a qualquer momento, a utilização de qualquer tipo de material, produto ou equipamento fora da especificação do presente edital ou das Normas da ABNT, não isentando, entretanto, a contratada, da responsabilidade pelos defeitos ou ineficiência de desempenho que os equipamentos ou materiais e produtos utilizados venham a apresentar. A não aceitação, pelo SAMAE Brusque, de qualquer item do objeto não dará à contratada o direito de prorrogação de prazo.

5. OS PRODUTOS QUÍMICOS PERMITIDOS PARA DESINFECÇÃO SÃO:

- Hipoclorito de sódio (10%)

- Hipocloreto de sódio (2,5%)

- Cal clorada (25%)

- Hipoclorito de cálcio (70%)

a) A utilização e estocagem de outros desinfetantes depende de autorização prévia do SAMAE;

b) A manipulação de produtos químicos só pode ser feita por funcionários de empresa de limpeza e higienização ou pessoa física vinculada ao estabelecimento e capacitada utilizando o equipamento de proteção individual de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Previdência Social;

c) Os produtos químicos, concentrados ou em solução, devem ser guardados em recipientes bem vedados, com rótulos que especifiquem com exatidão o seu conteúdo, e mantidos ao abrigo da luz, do calor e da umidade.

6. DO PAGAMENTO:

6.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10(dez) dias, contados do recebimento definitivo dos objetos, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 141, da Lei



nº 14.133/2021.

6.1.1. Efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação, acompanhado de cópia da ordem de compra emitida pelo SAMAe de Brusque – SC e apresentação dos seguintes documentos:

- I – Laudo técnico da fiscalização emitido pelo representante da administração municipal, atestando a realização dos serviços;
- II – Comprovante de pagamento do pessoal envolvido na prestação do serviço, podendo ser comprovado mediante declaração do contratado;
- III – Prova de recolhimento das contribuições previdenciárias- GPS;
- IV – Prova de recolhimento do FGTS através da GFIP – Guia de recolhimento do FGTS e informações à Previdência Social, com a relação de empregados extraídos do SEFIP;
- V – Certidão negativa de débitos – CND, das contribuições previdenciárias; e
- VI – Certidão negativa de débito junto ao FGTS – CRF.
- VII- Certificado da realização dos serviços por unidade, acompanhado de registro fotográfico da situação do início e após o término do serviço;
- VIII- Laudo técnico de execução dos serviços assinado pelo profissional responsável habilitado com registro no respectivo Conselho. Neste documento deve constar os registros dos produtos utilizados para execução do objeto licitado ou documento de isenção, no Ministério da Saúde/ANVISA e como foram utilizados;
- IX- Deverá ser entregue o Certificado de Higienização e Desinfecção dos Reservatórios de cada unidade em que o serviço for prestado e Laudo dos Produtos Químicos utilizados num prazo máximo de 30 dias. Fica salientado que a apresentação destes, juntamente com a Nota Fiscal é condição para que o pagamento seja efetuado;
- X- A empresa contratada deverá entregar Laudo de Potabilidade Físico-Químico e Bacteriológico contendo os seguintes parâmetros: Turbidez, Cor, Cloro residual, pH e Coliformes Totais e Fecais;
- XI- Deverá ser efetuado um relatório de conservação após a realização do serviço, com um visto do responsável do SAMAe e este será a garantia do contratado, que prestou o serviço sem causar danos ressarcíveis ao contratante.

6.1.2. A nota fiscal deverá atender as determinações do Decreto Municipal 9512/2023 e IN 1234 e alterações posteriores da RFB, no tocante ao destaque do IRRF, para retenção ou não do mesmo.

6.1.3. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

6.1.4. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

6.2. Quando não demonstrado o cumprimento total das obrigações contratuais, sobretudo as relacionadas a encargos sociais e trabalhistas, deverá a Administração promover a imediata retenção dos créditos decorrentes do contrato e iniciar processo para aplicação das sanções administrativas pertinentes.

6.3. Se a CONTRATADA não apresentar os comprovantes referidos no prazo fixado, o SAMAe poderá a qualquer instante e a seu critério exclusivo:

- a) Aplicar multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Ordem de Compra/Serviços;
- b) Rescindir o Contrato por culpa exclusiva da CONTRATADA.

6.4. Se durante a execução do Contrato, expirar-se o prazo de validade das Certidões apresentadas na fase de habilitação, comprovando regularidade fiscal e trabalhista, a CONTRATADA deverá providenciar a imediata atualização das mesmas, sob pena de rescisão contratual.

6.5. Não haverá atualização nos preços quando o atraso no pagamento se der por culpa exclusiva da CONTRATADA.

6.6. Havendo atraso no pagamento da parcela, desde que motivada por responsabilidade por parte do SAMAe, o valor da parcela poderá ser atualizado — pro rata die de acordo com o IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo) do IBGE. A atualização financeira prevista nesta Cláusula será incluída na fatura/nota fiscal seguinte ao da ocorrência.



6.7. O SAMAE poderá sustar o(s) pagamento(s) de qualquer(qualsquer) parcela(s), no caso de inadimplência da CONTRATADA para com o SAMAE na execução deste Contrato, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas em lei.

6.8. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

6.9. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

6.10. Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

7.1. São obrigações de exclusiva conta e responsabilidade da CONTRATANTE, afora outras, não previstas no presente Edital e que por Lei lhe couberem:

I. Designar um servidor como gestor e fiscal para acompanhar e gerenciar a execução da ata e atestar as faturas conforme previsto no Decreto Municipal n. 9.430/2023 e alterações.

II. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

III. Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto.

IV. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a prestação.

V. Acompanhar, controlar e avaliar a prestação, através da unidade responsável por esta atribuição.

VI. Zelar para que durante a vigência da ATA, sejam cumpridas as obrigações assumidas coma CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na prestação.

VII. Serão consideradas, para efeito de pagamento, as compras efetivamente realizadas pela CONTRATADA e aprovados pelo setor responsável pelo recebimento.

VIII. Informar a contratada vencedora, quais os procedimentos para a correta prestação dos serviços, assim como quaisquer outras alterações no decorrer do contrato.

IX. Demais obrigações constantes no Decreto Municipal n. 9.430/2023 e alterações, na Subseção V (Da Gestão dos Contratos) e Subseção VI (Dos Fiscais dos Contratos)

8. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

8.1. A CONTRATADA compromete-se, durante a vigência da ATA:

I. Para o bom e fiel atendimento desta ata, deverá a CONTRATADA, obrigatoriamente, cumprir rigorosamente ao disposto no Pregão em epígrafe;

II. Todos os tributos, encargos e ou contribuições que incidam sobre a execução desta ata, serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA;

III. A COTRATADA é a única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar à municipalidade, ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto desta ATA, respondendo por si e por seus sucessores;

IV. A CONTRATADA deverá manter durante toda a execução da ATA, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

V. A CONTRATADA se obriga a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto da ATA em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou do material empregados, nos termos do art.69;

VI. A CONTRATADA é a única responsável pelas obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, resultante da execução da ATA, não tendo, nesse sentido, os seus empregados e prepostos, qualquer vínculo com o Município;

VII. Fornecer os produtos em conformidade com o solicitado no Termo de Referência;

VIII. Cumprir com os prazos de fornecimento determinados no Termo de Referência;

IX. Responsabilizar-se, integralmente, pela execução do objeto, conforme legislação vigente;

X. A qualidade dos produtos deverá ser rigorosamente àquele descrito no TERMO DE REFERÊNCIA e,



por conseguinte, na ATA e Nota de empenho, não sendo aceito em nenhuma hipótese, outro diverso daqueles;

XI. Submeter-se à fiscalização do órgão contratante, através do setor competente, que acompanhará o fornecimento do material, orientando, fiscalizando e intervindo ao seu exclusivo interesse, com a finalidade de garantir o exato cumprimento das condições pactuadas;

XII. As penalidades ou multa impostas pelos órgãos competentes pelo descumprimento das disposições legais que regem a execução do objeto de presente Termo serão de inteira responsabilidade da Contratada, devendo, se for o caso, obter licenças, providenciar pagamento de impostos, taxas e serviços auxiliares;

XIII. Demais obrigações e responsabilidades previstas pela Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações pertinentes;

XIV. Prestar as informações e esclarecimentos sempre que solicitados pela CONTRATANTE.

XV. Manter em estoque um mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato;

XVI. O ente privado se compromete a não realizar atos lesivos à Administração Pública, em observância a Lei Federal 12.846/13 (Lei Anticorrupção).

XVII. Obedecer às demais exigências constantes do Anexo I (Termo de Referência).

9. ENTREGA: Os objetos desta licitação deverão ser executados nos diversos pontos previstos no anexo VI do edital, todos situados no município de Brusque – SC, no horário de expediente do órgão ou outro previamente agendado.



ANEXO II
PREGÃO ELETRÔNICO 026/2024
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

NOME DA EMPRESA: _____
ENDEREÇO _____
CIDADE: _____ CEP _____
ESTADO: _____
TELEFONE DA EMPRESA/REPRESENTANTE _____
CNPJ Nº. _____
CONTA CORRENTE: _____ AGÊNCIA: _____ BANCO: _____

A presente proposta tem como objeto o registro de preço _____, de acordo com os itens abaixo discriminados e demais especificações constantes do edital licitatório do **Pregão Eletrônico nº 026/2024** em especial seu ANEXO I – Termo de Referência.

INSERIR PLANILHA CONTENDO A DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ITENS, PREÇO UNITÁRIO DE CADA ITEM, O TOTAL E MARCA QUANDO REQUERIDO NO TERMO DE REFERÊNCIA, conforme ANEXO I

Valor total (global) por extenso: *****

Declaro para os devidos fins legais que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

- a) Validade da proposta: 60 (sessenta) dias a contar da entrega dos envelopes.
- b) Prazo e local para entrega: conforme estabelecido no edital.
- c) Concordo com todas as exigências do Edital.
- d) Indicar a preposto/responsável pela empresa (nome completo, telefone/whatsApp comercial e e-mail)

Nome completo e Assinatura do responsável legal e carimbo da Empresa
LOCAL/DATA



ANEXO III
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2024
PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS
MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº..../2024

Aos (data), o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua Doutor Penido, nº 297, Centro, cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 82.985.003/0001-96, neste ato representada por seu Diretor Presidente abaixo assinado, no uso de suas atribuições legais e com base no resultado do **Pregão Eletrônico – Registro de Preços nº 026/2024**, RESOLVE Registrar o Preço da(s) empresa(s) abaixo nominadas, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal n. 9430/2023 e alterações, e sendo observadas as disposições constantes nesta Ata.

Empresa(s) Vencedora(s)

1), situada à, nº bairro, no município de/..... com CEP: e inscrita no CNPJ: Neste ato representada pelo Sr., portador da carteira de identidade nº e inscrito no CPF sob nº

CLÁUSULA I: DO OBJETO

1. REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA E RESERVATÓRIOS PERTENCENTES AO SISTEMA AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BRUSQUE/SC (SAMA E – BRUSQUE), de acordo com as condições estabelecidas no Anexo I e demais elementos deste Edital, conforme tabela abaixo:

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratação com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições

1.3. A CONTRATANTE designa o Sr., como gestor da presente Ata de Registro de Preços, a qual será a responsável para o acompanhamento do contrato, nos termos do artigo 28 e seguintes do Decreto Municipal nº 9430, de 28 de março de 2023 e suas posteriores alterações.

1.4. A CONTRATANTE designa o Sr., como fiscal da presente Ata de Registro de Preços, o qual será responsável pela fiscalização da execução do contrato e auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, do artigo 34 e seguintes do Decreto Municipal nº 9430, de 28 de março de 2023 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA II: DO PREÇO E EQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO

2.1. VALOR TOTAL: O valor estimado da contratação é de R\$-- , de acordo com a respectiva classificação no **Pregão Eletrônico – Registro de Preços Nº 026/2024**.

2.2 Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro dos preços dos produtos registrados, em face dos aumentos de custo que não possam, por vedação legal, ser refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base no art. 124, alínea “d”, da Lei Nº 14.133/2021, buscarão uma solução para a questão. Durante as negociações, o fornecedor contratado em hipótese alguma poderá paralisar o fornecimento.

2.2.2. O pedido de equilíbrio econômico-financeiro deverá observar as disposições contidas no Decreto Municipal n. 9.430/2023 e alterações.

2.2.3. Até que sejam devidamente analisados os pedidos de equilíbrio de preços, o fornecedor contratado



em hipótese alguma poderá paralisar o fornecimento, sob pena de penalidades judiciais cabíveis.

2.2.4. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preço, com justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.2.5. Na ocorrência de requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro devidamente justificado pela Contratada antes da solicitação da ordem de compra pelo Poder Público, caso os preços apurados no mercado sejam mais vantajosos, poderá a Administração liberar o contratado do compromisso sem aplicação de penalidades.

2.2.6. Na ocorrência de requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro pela Contratada após a solicitação da ordem de execução pelo Poder Público, o CONTRATADO não poderá recusar e/ou interromper o contrato até decisão final no processo administrativo.

2.2.7. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.2.8. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

2.2.9. Os casos omissos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreadas em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.

2.2.10. Não havendo êxito nas negociações e desde que o pedido seja realizado antes da solicitação da ordem de compra estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

2.2.11. Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data de apresentação dos orçamentos, os preços inicialmente contratados, poderão ser reajustados mediante solicitação, de acordo com a variação do IPCA acumulado no período.

CLÁUSULA III: DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), será de 12 (doze) meses.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 89 da Lei nº 14.133/2021.

3.3. A convocação para assinar a ata de registro de preços obedecerá a ordem de classificação na licitação correspondente.

3.4. A convocação poderá ser realizada no chat do sistema eletrônico, através de e-mail, aplicativo de mensagens instantâneas, publicação no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC) e endereço eletrônico da Prefeitura de Brusque.

3.5. A recusa do adjudicatário em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido no edital, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens, executar os serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei e no edital da licitação.

3.6. A recusa injustificada, ou cuja justificativa não seja aceita pelo órgão gerenciador, implicará na instauração de procedimento administrativo autônomo para, após garantidos o contraditório e a ampla defesa, eventual aplicação de penalidades administrativas.

3.7. A recusa do adjudicatário em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido no edital, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens, executar as obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei e no edital da licitação.



CLÁUSULA IV: DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser usada pelo SAMAE de Brusque que é o órgão gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.
- 4.2. O objeto desta licitação deverá ser fornecido de acordo com a necessidade do SAMAE.
- 4.3. A solicitação de Fornecimento será enviada para a licitante, através de um requerimento elaborado pelo SAMAE.
- 4.4. Em cada entrega do objeto (s) decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de **Pregão Eletrônico – Registro de Preços nº 026/2024** e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.
- 4.5. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, de acordo com art. 63 da Lei 4.320/1964.

CLÁUSULA V: DA ADEÇÃO À ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

- 5.1. É vedado aos órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, na condição de não participantes, aderirem à ata de registro de preços gerenciada pelo SAMAE.
- 5.2. É facultado ao SAMAE de Brusque aderir à ata de registro de preços, na condição de não participante, cujo órgão ou entidade gerenciadora seja da Administração Pública federal, estadual, distrital ou consórcio de municípios.
- 5.3. Para adesão nos termos do caput deverão ser observados os seguintes requisitos:
- I- Elaboração de estudos técnicos preliminares em que constem as especificidades do objeto que pretenda contratar, com a demonstração de sua adequação a suas necessidades, inclusive no que tange a prazos, quantidade e qualidade;
 - II – Mediante apresentação de justificativa acerca da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
 - III- Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do artigo 23 da Lei n. 14.133, de 2021;
 - IV – Realização de consulta prévia ao órgão ou a entidade gerenciadora, bem como ao fornecedor da ata de registro de preços, que deverão manifestar aceitação sobre o ato.
- 5.4. As aquisições ou as contratações adicionais feitas pelo SAMAE não poderão exceder a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.
- 5.5. O termo de adesão à ata de registro de preços e às contratações dele decorrentes será divulgado no sítio eletrônico oficial do Município de Brusque, e os respectivos extratos serão publicados no PNCP.

CLÁUSULA VI: DO PAGAMENTO

- 6.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10(dez) dias, contados do recebimento definitivo dos objetos, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 141, da Lei nº 14.133/2021.
- 6.1.1. Efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação, acompanhado de cópia da ordem de compra emitida pelo SAMAE de Brusque – SC e apresentação dos seguintes documentos:
- I – Laudo técnico da fiscalização emitido pelo representante da administração municipal, atestando a realização dos serviços;
 - II – Comprovante de pagamento do pessoal envolvido na prestação do serviço, podendo ser comprovado mediante declaração do contratado;
 - III – Prova de recolhimento das contribuições previdenciárias- GPS;
 - IV – Prova de recolhimento do FGTS através da GFIP – Guia de recolhimento do FGTS e informações à Previdência Social, com a relação de empregados extraídos do SEFIP;
 - V – Certidão negativa de débitos – CND, das contribuições previdenciárias; e



VI – Certidão negativa de débito junto ao FGTS – CRF.

VII- Certificado da realização dos serviços por unidade, acompanhado de registro fotográfico da situação do início e após o término do serviço;

VIII- Laudo técnico de execução dos serviços assinado pelo profissional responsável habilitado com registro no respectivo Conselho. Neste documento deve constar os registros dos produtos utilizados para execução do objeto licitado ou documento de isenção, no Ministério da Saúde/ANVISA e como foram utilizados;

IX- Deverá ser entregue o Certificado de Higienização e Desinfecção dos Reservatórios de cada unidade em que o serviço for prestado e Laudo dos Produtos Químicos utilizados num prazo máximo de 30 dias. Fica salientado que a apresentação destes, juntamente com a Nota Fiscal é condição para que o pagamento seja efetuado;

X- A empresa contratada deverá entregar Laudo de Potabilidade Físico-Químico e Bacteriológico contendo os seguintes parâmetros: Turbidez, Cor, Cloro residual, pH e Coliformes Totais e Fecais;

XI- Deverá ser efetuado um relatório de conservação após a realização do serviço, com um visto do responsável do SAMAE e este será a garantia do contratado, que prestou o serviço sem causar danos ressarcíveis ao contratante.

6.1.2. A nota fiscal deverá atender as determinações do Decreto Municipal 9512/2023 e IN 1234 e alterações posteriores da RFB, no tocante ao destaque do IRRF, para retenção ou não do mesmo.

6.1.3. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

6.1.4. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

6.2. Quando não demonstrado o cumprimento total das obrigações contratuais, sobretudo as relacionadas a encargos sociais e trabalhistas, deverá a Administração promover a imediata retenção dos créditos decorrentes do contrato e iniciar processo para aplicação das sanções administrativas pertinentes.

6.3. Se a CONTRATADA não apresentar os comprovantes referidos no prazo fixado, o SAMAE poderá a qualquer instante e a seu critério exclusivo:

a) Aplicar multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Ordem de Compra/Serviços;

b) Rescindir o Contrato por culpa exclusiva da CONTRATADA.

6.4. Se durante a execução do Contrato, expirar-se o prazo de validade das Certidões apresentadas na fase de habilitação, comprovando regularidade fiscal e trabalhista, a CONTRATADA deverá providenciar a imediata atualização das mesmas, sob pena de rescisão contratual.

6.5. Não haverá atualização nos preços quando o atraso no pagamento se der por culpa exclusiva da CONTRATADA.

6.6. Havendo atraso no pagamento da parcela, desde que motivada por responsabilidade por parte do SAMAE, o valor da parcela poderá ser atualizado — pro rata die de acordo com o IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo) do IBGE. A atualização financeira prevista nesta Cláusula será incluída na fatura/nota fiscal seguinte ao da ocorrência.

6.7. O SAMAE poderá sustar o(s) pagamento(s) de qualquer(qualsquer) parcela(s), no caso de inadimplência da CONTRATADA para com o SAMAE na execução deste Contrato, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas em lei.

6.8. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

6.9. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

6.10. Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

6.11. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão efetuadas a conta do seguinte recurso financeiro:
80.002.0017.0512.0301.2292.33390399900000000.175370000003



CLÁUSULA VII: DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para prestação dos serviços conforme estipulado no Anexo I.
- 7.2. Cada Fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O SAMAEBRUSQUE formalizará por intermédio de autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no inciso II do art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar ao órgão SAMAEBRUSQUE, por escrito, no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos serviços ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O prazo para entrega dos objetos, depois de enviada a solicitação, deverá ser de no máximo 10 (dez) dias úteis.
- 7.5.2. Os objetos serão solicitados durante o período de 12 meses de vigência da presente Ata de Registro de Preços.
- 7.5.2.2. O transporte e a descarga do objeto são de responsabilidade da CONTRATADA
- 7.5.3. Os objetos desta licitação deverão ser executados nos diversos pontos previstos no anexo VI constante do Edital de **Pregão Eletrônico – Registro de Preços nº 026/2024**, todos situados no município de Brusque – SC, no horário de expediente do órgão.
- 7.5.4. Os objetos deverão ser acompanhados obrigatoriamente de nota fiscal eletrônica, que ao ser emitida deverá ser enviada para o seguinte e-mail: nfesamaebrusque@hotmail.com o não recebimento do arquivo eletrônico importará na recusa do objeto quando da sua entrega.
- 7.5.5. Os produtos/serviços serão conferidos, quando de sua entrega e, se achado irregular, serão devolvidos à empresa, que deverá substituí-lo no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis ou em prazo previamente definido pelo SAMAEBRUSQUE, contado do recebimento da comunicação.
- 7.5.6. Se a Detentora a ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24(vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.7. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos serviços, bem como desmontagem e reinstalação dos objetos correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os serviços, descritos na presente Ata, em conformidade com as especificações descritas nas propostas de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os objetos imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequadas para o uso.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos objetos licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06(seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricação, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos serviços, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusivas da contratada.
- 7.11. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata,



mesmo que o fornecimento deles decorrente estiver previsto para data posterior à do seu vencimento.

CLÁUSULA VIII: DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

8.1. Sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal previstas na legislação brasileira vigente e da faculdade de rescisão contratual, o Município poderá aplicar sanções de natureza moratória e punitiva à CONTRATADA, diante do não cumprimento das cláusulas contratuais, nos termos previsto no artigo 155 e seguintes da Lei 14.133/2021, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.1.1. A sanção prevista na alínea “a” do subitem 13.1 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021 aplicado a este certame, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

8.1.2. A sanção prevista na alínea “b” do subitem 8.1, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 do estatuto federal vigente.

8.1.3. A sanção prevista na alínea “c” do subitem 8.1 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

8.1.4. A sanção prevista na alínea “d” do subitem 8.1 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 8.1.3, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

8.2. Será aplicada multa por inexecução do objeto da licitação, sendo esta parcial ou total, e será aplicada nos seguintes casos e percentuais:

8.2.1. Quando os trabalhos de fiscalização da Administração da execução dos serviços forem dificultados, inclusive quando forem omitidas informações de responsabilidade da CONTRATADA referentes à execução contratual;

8.2.2. Quando houver descumprimento na execução dos serviços especificados no Projeto, ou das Normas Técnicas pertinentes, que acarrete risco de grave prejuízo para a Administração, terceiros ou de danos ambientais;

8.2.3. Quando a sinalização das frentes de serviços for insuficiente, e mesmo após ter notificada, a contratada não reforçar a sinalização, com grave risco aos usuários e a segurança no trecho; no caso de recusa injustificada do contratado em assinar ou retirar termo aditivo, dentro do prazo estabelecido pela Administração Pública, será aplicada multa de 2,0% (dois por cento) do valor total do contrato.

8.2.4. Nos demais casos não previstos, fica estabelecida uma multa de 0,3% (três décimos por cento) do valor do contrato na inexecução parcial do objeto da licitação ou descumprimento de qualquer cláusula do contrato;

8.2.5. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:

8.2.5.1. Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;

8.2.5.2. Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução e



planejamento do contrato;

8.2.5.3. A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no contrato e na Lei 14.133/2021.

§ 1º As sanções de advertência e inidoneidade não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com as multas e/ou com a Cláusula Penal no caso de rescisão.

§ 2º Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste Edital, competirá à Autoridade Competente encaminhar a decisão ao Controle Interno do Município para inserção no cadastro de empresas penalizadas do Município e dos demais órgãos competentes.

§ 3º Para o caso de rescisão contratual decorrente de inexecução contratual culposa da contratada, fica instituída a Cláusula Penal Compensatória por perdas e danos no valor de 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular, observado o que segue:

I. Para exigir a pena convencional, não é necessário que a Contratante alegue prejuízo.

II. O montante de 10% acima definido vale como mínimo da indenização, não prejudicando o ressarcimento por prejuízos com valores a ele excedentes.

8.3. Ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 3 (anos) anos, em conjunto com multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estabelecido em sua proposta, bem como das demais cominações legais, o licitante/contratado que:

I. Der causa à inexecução parcial do contrato;

II. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III. Der causa à inexecução total do contrato;

IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.4. As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório e observadas as competências que são próprias da Procuradoria Geral e Controladoria Geral do Município/SAMAE.

8.5. Os montantes relativos às multas contratuais e a Cláusula Penal Compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobradas judicialmente ou descontadas dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato.

8.6. Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada.

8.7. Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança, inclusive judicialmente, da diferença.

8.8. Independentemente das sanções legais cabíveis, o Licitante ficará sujeito, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

8.9. Os prazos referidos neste Edital só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

8.10. Do direito de defesa.

8.1.1. Da aplicação das sanções previstas nos incisos I, II e III do caput do art. 156, da Lei 14.133/2021 (item 13.1, "a", "b" e "c"), caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

8.1.1.1. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a



reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.10.2. Da aplicação da sanção prevista no inciso IV do caput do art. 156 Lei 14.133/2021 (item 13.1, “d”) caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

8.10.3. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.10.4. A aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 13.1, requererá a instauração de processo de responsabilização, para avaliação dos fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

8.10.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste item, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

8.10.6. Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após exaurida a fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios.

8.10.7. Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção comunicará imediatamente ao órgão competente (Controle Interno) que por sua vez, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, deverá informar e manter atualizados os dados relativos às sanções aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal e SICAF.

8.11. A CONTRATADA terá o prazo de 03 (três) dias úteis para interpor recurso, contados a partir da data de intimação ou da lavratura da ata, em face da extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

8.12. Da sujeição a perdas e danos: Independentemente das sanções legais cabíveis, previstas no edital, a Contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados ao Município pelo descumprimento das obrigações licitatórias.

CLÁUSULA IX: DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O preço registrado poderá ser suspenso ou cancelado, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos seguintes casos:

I – Pela Administração, quando:

- a) o fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que der origem ao registro de preços;
- b) o fornecedor recusar-se a assinar a ata ou a formalizar contrato decorrente do registro de preços, ressalvada a hipótese de a Administração aceitar sua justificativa;
- c) o fornecedor der causa à rescisão de contrato decorrente do registro de preços;
- d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;
- e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
- f) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.

II – Pelo fornecedor quando, mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.

9.2. A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrado, nos casos previstos no inciso I do item 15.22.1, deverá ser formalizada por e-mail, aplicativo de conversas utilizado pela repartição ou por correspondência, com aviso de leitura/recebimento, juntando-se o comprovante no processo que deu origem ao registro de preços.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por



publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir de 5 (cinco) dias úteis da sua publicação.

9.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado somente o eximirá da obrigação de contratar com a Administração se apresentada com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis da data da convocação para firmar contrato de fornecimento ou de prestação de serviços pelos preços registrados, ou da emissão do empenho, conforme o caso, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

9.5. Da decisão que a cancelar ou suspender o preço registrado cabe recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA X: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10. São obrigações de exclusiva conta e responsabilidade da CONTRATANTE, afora outras, não previstas no presente Edital e que por Lei lhe couberem:

I. Designar um servidor como gestor e fiscal para acompanhar e gerenciar a execução da ata e atestar as faturas conforme previsto no Decreto Municipal n. 9.430/2023 e alterações.

II. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

III. Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto.

IV. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a prestação.

V. Acompanhar, controlar e avaliar a prestação, através da unidade responsável por esta atribuição.

VI. Zelar para que durante a vigência da ATA, sejam cumpridas as obrigações assumidas coma CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na prestação.

VII. Serão consideradas, para efeito de pagamento, as compras efetivamente realizadas pela CONTRATADA e aprovados pelo setor responsável pelo recebimento.

VIII. Informar a contratada vencedora, quais os procedimentos para a correta prestação dos serviços, assim como quaisquer outras alterações no decorrer do contrato.

IX. Demais obrigações constantes no Decreto Municipal n. 9.430/2023 e alterações, na Subseção V (Da Gestão dos Contratos) e Subseção VI (Dos Fiscais dos Contratos)

CLÁUSULA XI: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11. A CONTRATADA compromete-se, durante a vigência da ATA:

I. Para o bom e fiel atendimento desta ata, deverá a CONTRATADA, obrigatoriamente, cumprir rigorosamente ao disposto no Pregão em epígrafe;

II. Todos os tributos, encargos e ou contribuições que incidam sobre a execução desta ata, serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA;

III. A COTRATADA é a única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar à municipalidade, ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto desta ATA, respondendo por si e por seus sucessores;

IV. A CONTRATADA deverá manter durante toda a execução da ATA, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

V. A CONTRATADA se obriga a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto da ATA em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou do material empregados, nos termos do art.69;

VI. A CONTRATADA é a única responsável pelas obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, resultante da execução da ATA, não tendo, nesse sentido, os seus empregados e prepostos, qualquer vínculo com o Município;

VII. Fornecer os produtos em conformidade com o solicitado no Termo de Referência;

VIII. Cumprir com os prazos de fornecimento determinados no Termo de Referência;

IX. Responsabilizar-se, integralmente, pela execução do objeto, conforme legislação vigente;

X. A qualidade dos produtos deverá ser rigorosamente àquele descrito no TERMO DE REFERÊNCIA e, por conseguinte, na ATA e Nota de empenho, não sendo aceito em nenhuma hipótese, outro diverso daqueles;

XI. Submeter-se à fiscalização do órgão contratante, através do setor competente, que acompanhará o



fornecimento do material, orientando, fiscalizando e intervindo ao seu exclusivo interesse, com a finalidade de garantir o exato cumprimento das condições pactuadas;

XII. As penalidades ou multa impostas pelos órgãos competentes pelo descumprimento das disposições legais que regem a execução do objeto de presente Termo serão de inteira responsabilidade da Contratada, devendo, se for o caso, obter licenças, providenciar pagamento de impostos, taxas e serviços auxiliares;

XIII. Demais obrigações e responsabilidades previstas pela Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações pertinentes;

XIV. Prestar as informações e esclarecimentos sempre que solicitados pela CONTRATANTE.

XV. Manter em estoque um mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato;

XVI. O ente privado se compromete a não realizar atos lesivos à Administração Pública, em observância a Lei Federal 12.846/13 (Lei Anticorrupção).

XVII. Obedecer às demais exigências constantes do Anexo I (Termo de Referência).

CLÁUSULA XII: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital de **Pregão Eletrônico – Registro de Preços nº 026/2024** e as propostas das empresas classificadas no certame supranumerado.

12.2. O Registro de Preços objeto desta Ata não gera para a administração, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada no respectivo Edital de Licitação.

12.3. As empresas signatárias desta Ata, cujo preço é registrado, declaram estarem cientes das suas obrigações, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

12.4. Em observância ao disposto no artigo 175 e seguintes, da Lei 14.133/2021, a CONTRATADA fica ciente de que ocorrerá a publicação dos dados pessoais como nome completo e CPF do sócio e/ou representante legal, bem como da pessoa jurídica, nos instrumentos contratuais e jurídicos celebrados, que serão publicados no Portal da Transparência com acesso livre, para fins de cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

12.5. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº. 14.133/2021 e alterações, e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA XIII: DO FORO

13.1. Fica eleito o foro de Brusque (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

Representante legal do SAMA E _____

Representante legal do CONTRATADO _____

Advogado- SAMA E _____

Gestor do Contrato _____

Fiscal do Contrato _____

Testemunha _____

Testemunha _____





ANEXO IV
PREGÃO ELETRÔNICO 026/2024
MODELO DE DECLARAÇÃO
DE ENQUADRAMENTO PARA ME e EPP

A empresa (Razão Social da licitante), inscrita no CNPJ/MF sob n.º, com sede na (endereço completo), através de seu representante legal e/ou do Contador/técnico em contabilidade, declara, sob as penas da lei, que:

- a) se enquadra na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte;
- b) que o valor da receita bruta anual da empresa, no presente exercício, não excederá o limite fixado nos incisos I e II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 e que não firmou contrato que somado não ultrapassa o valor do enquadramento legal;
- c) não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no art. 3º, § 4º, incisos I a X da mesma Lei.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, _____ de _____ de _____.

ASSINATURA DECLARANTE E CARIMBO



ANEXO V
PREGÃO ELETRÔNICO 026/2024
RELAÇÃO DOS RESERVATÓRIOS/CAIXAS D'ÁGUA A SEREM LIMPOS E DESINFECTADOS

Item	Código	Local	Característica	Volume (m ³)	Endereço
1	SEDE 1	Sede Administrativa - predial 1	circular fibra	0,5	Rua Dr. Penido nº 297
2	SEDE 1	Sede Administrativa - predial 2	circular fibra	0,5	Rua Dr. Penido nº 297
3	AT	Área Técnica (nova) – predial 1	circular fibra	10	Rua Maxmiliano Furbringer, Souza Cruz
4	AT	Área Técnica (nova) – predial 2	circular fibra	0,5	Rua Maxmiliano Furbringer, Souza Cruz
5	ETA 01	Predial: potável de uso Comum	circular fibra	1	Rua Dr. Penido nº 297
6	ETA 01	Cisterna R1	circular concreto	1000	Rua Dr. Penido nº 297
7	ETA 01	Cisterna R2	circular concreto	500	Rua Dr. Penido nº 297
8	ETA 01	Cisterna R3	circular concreto	500	Rua Dr. Penido nº 297
9	ETA 01	Reservatório R4	circular concreto	3000	Rua Dr. Penido nº 297
10	ETA 01	Reservatório R5	circular aço/fibra	6500	Rua Dr. Penido nº 297
11	01 EAB	Captação Guarani	circular fibra	1	Rua Aires Lourenço Penk
12	PAB	Poço Captação	9,5m x 1,35m x 6,5m (AxLxC) e suas tubulações	-	Rua Aires Lourenço Penk
13	01 SI	Volta Grande: Reservatório Saída (de baixo)	quadrado concreto	100	Rua Volta Grande, anexo ao sistema
14	01 SI	Volta Grande: Reservatório 1	quadrado concreto	170	Rua Volta Grande, anexo ao sistema
15	01 SI	Volta Grande: Reservatório 2	quadrado concreto	170	Rua Volta Grande, anexo ao sistema
16	01 SI	Volta Grande: Reservatório 3	quadrado concreto	170	Rua Volta Grande, anexo ao sistema
17	01 SI	Volta Grande: Predial: potável de uso Comum	circular fibra	1	Rua Volta Grande, anexo ao sistema
18	02 SI	Santa Luzia: Reservatório 1	circular concreto	30	Rua Ermínio Pavesi s/n
19	02 SI	Santa Luzia: Reservatório 2 Novo	quadrado concreto	100	Rua Ermínio Pavesi s/n
20	02 SI	Predial: potável de uso Comum	circular fibra	5	Rua Ermínio Pavesi s/n
21	03 SI	Dom Joaquim - Reservatório 1	circular concreto	100	Rod. SC – 486 entrada da Benetex
22	03 SI	Dom Joaquim - Reservatório 2 (Novo)	circular aço	100	Rod. SC – 486 entrada da Benetex



23	04 SI	Cedro Alto - Reservatório	circular concreto	300	Rua Anastácio Russi
24	04 SI	Cedro Alto - Predial	circular fibra	0,5	Rua Anastácio Russi
25	05 SI	Limeira- Reservatório 1	circular concreto	500	Rua Pedro Mafra
26	05 SI	Reservatório 2 (Novo)	circular aço	500	Rua Pedro Mafra
27	05 SI	Predial: potável de uso Comum	circular fibra	5	Rua Pedro Mafra
28	05 SI	LIP – Limeira	circular fibra	20	Rua Pedro Mafra
29	06 SI	Reservatório Sistema Zantão	circular concreto	500	Rua Arnaldo Ristow final da rua
30	06 SI	Predial: potável de uso Comum	circular fibra	5	Rua Arnaldo Ristow final da rua
31	ZB	Reservatório Zoo Botânico	circular concreto	30	Dentro do Zoo Botânico
32	NB	Nova Brasília Reservatório	circular aço	2000	Rua Alois Winter/Antônio Kunits
33	RB	Bateas Reservatório	quadrado concreto	150	Rua Pedro Fantoni esquina com José Reis e S.
34	TM	Reservatório	circular fibra	200	Rua Treze de Maio
35	LD 1	Reservatório Lot. Dellagnollo	circular fibra	20	Rua Alceste Dalmolin
36	EAT 0010	Cisterna Dellagnollo	circular fibra	20	Rua Henrique Hoffman
37	0012 EAT	Ponta Russa	circular fibra	3	Rua Ponta Russa
38	0013 EAT	Hoffmann 01	circular fibra	15	Rua Manoel Machado
39	0014 EAT	Maru - Cisterna	quadrada concreto subt	5	Rua Luiz Rafael Flor fundos nº 180
40	0015 EAT	Barriga Verde	retangular concreto subt	10	Rua Germano Fischer esquina com Barriga Verde
41	0016 EAT	João Hassmann	circular fibra	15	Rua Nicolau Hassmann
42	0017 EAT	Luiz Pedrini	circular fibra	5	Rua Luiz Pedrini esquina SC-043
43	0018 EAT	Limeira 01	circular fibra	5	Rua Elvira da Silva
44	RX	Reservatório	Circular aço	500	Rua dos Xaxins
45	0022 EAT	Colinas - Cisterna 1	circular fibra	15	Rua Ângelo Vasselai
46	0022 EAT	Cisterna 2	circular fibra	15	Rua Ângelo Vasselai
47	RM1	Maluche Reservatório 1	circular concreto	150	Rua SC-11
48	RM2	Maluche Reservatório 2	circular concreto	50	Rua SC-11
49	0028 EAT	Bromélias	circular fibra	15	Rua Maria André de Freitas esq. Ernesto Bianchini



50	0033 EAT	Luiz Dada	circular fibra	5	Rua Luiz Dada
51	0038 EAT	Hoffmann 02	circular fibra	20	Rua Ernesto Kuchembecker
52	0039 EAT	Eugenio de Brandit	circular fibra	10	Rua Eugenio de Brandit
53	0040 EAT	Independência 1	circular fibra	25	Rua Guilherme Kreidlow
54	0040 EAT	Independência 2	circular fibra	25	Rua Guilherme Kreidlow
55	0044 EAT	João Tormena	circular fibra	15	Rua João Tormena
56	0048 EAT	Águas Claras AC-34	circular fibra	3	Rua AC - 34 travessa da Carlos Gamba
57	0051 EAT	Booster João 23 Cisterna	circular fibra	15	Rua João 23 em frente ao nº 2
58	0052 EAT	Madre Teresa	quadrado concreto	15	Rua Mad. Teresa de Calcutá travessa da Adelaide Fischer
59	0053 EAT	Domingos Polli	circular fibra	15	Rua Domingos Polli
60	0054 EAT	Florence Reservatório 1	circular fibra	25	Rua 100 Lot. Florence
61	0054 EAT	Florence Reservatório 2	circular fibra	25	Rua 100 Lot. Florence
62	0056 EAT	Cadore - Cisterna 1	circular fibra	25	Rua Alberto Muller Lot Cadore
63	0056 EAT	Cadore - Cisterna 2	circular fibra	25	Rua Alberto Muller Lot Cadore
64	0056 EAT	Cadore - Cisterna 3	circular fibra	25	Rua Alberto Muller Lot Cadore
65	0056 EAT	Cadore - Cisterna 4	circular fibra	25	Rua Alberto Muller Lot Cadore
66	0057 EAT	Guarani	circular fibra	15	Rua Orides Schwartz
67	0058 EAT	De Pinho 1	circular fibra	25	Travessa Dom Joaquim
68	0058 EAT	De Pinho 2	circular fibra	25	Travessa Dom Joaquim
69	RC1	SEDE Administrativa	quadrado concreto subterrâneo	22	Rua Dr. Penido nº 297
70	RC2	SEDE Administrativa	quadrado concreto subterrâneo	276,70	Rua Dr. Penido nº 297
71	02SI	Reservatório de baixo prox. sistema	Quadrado concreto	150	Rua Santolino Machado
72	JK	José Knihs - Reservatório	Circular concreto	200	Rua Henrique Hartke ao lado do nº 364
73	FH	Felipe Heckert - Reservatório	Quadrado concreto	100	Rua Felipe Heckert final da rua

